



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)
PROGRAMA DE PÓS*GRADUAÇÃO EM INTEGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA
DA AMÉRICA LATINA (PPGICAL)**

**ANÁLISE ACERCA DO PROGRAMA REGIONAL DA OCDE PARA A
AMÉRICA LATINA À LUZ DO SISTEMA-MUNDO**

LUIZ ORLANDO QUEDES SAMPAIO FILHO

Foz Do Iguaçu

2024

**ANÁLISE ACERCA DO PROGRAMA REGIONAL DA OCDE PARA A
AMÉRICA LATINA À LUZ DO SISTEMA-MUNDO**

LUIZ ORLANDO QUEDES SAMPAIO FILHO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós:
Graduação em Integração Contemporânea da
América Latina, da Universidade Federal da
Integração Latino-Americana, como requisito parcial
à obtenção do título de Mestre em Integração
Contemporânea Latino-Americana.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Corrêa Prado

Foz do Iguaçu

2024

LUIZ SAMPAIO

**ANÁLISE ACERCA DO PROGRAMA REGIONAL DA OCDE PARA A
AMÉRICA LATINA Á LUZ DO SISTEMA-MUNDO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós:
Graduação em Integração Contemporânea da
América Latina, da Universidade Federal da
Integração Latino-americana, como requisito parcial
à obtenção do título de Mestre em Integração
Contemporânea

BANCA EXAMINADORA

Dr. Fernando Correa Prado (orientador – UNILA)

Foz do Iguaçu, 12 de março de 2024.

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - PTI

S192a

Sampaio Filho, Luiz Orlando Guedes.

Análise acerca do Programa Regional da OCDE para a América Latina à luz do Sistema-Mundo /
Luiz Orlando Guedes Sampaio Filho. - Foz do Iguaçu, 2024.

80 fls.: il.

Universidade Federal da Integração Latino-Americana, INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP), PROGRAMA DE PÓS*GRADUAÇÃO EM
INTEGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA DA AMÉRICA LATINA (PPGICAL).

Orientador: Fernando Corrêa Prado.

1. Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico. 2. Países em desenvolvimento -
América Latina. 3. Desenvolvimento econômico - América Latina. 4. Projetos de desenvolvimento
econômico. I. Prado, Fernando Corrêa. II. Título.

CDU 332.14

AGRADECIMENTOS

Primeiramente não poderia de deixar de agradecer à minha mãe, minha maior incentivadora, aquela que acredita em mim mais do que qualquer pessoa, e que foi imprescindível nos meus anos de mestrado. Ela deu todo o suporte e apoio durante o período em que estive longe de casa e, mesmo após a minha volta, permaneceu do meu lado sempre me apoiando.

Agradeço também ao meu falecido pai. Apesar de ele não estar mais presente em vida, está presente no meu coração e nos meus sonhos. Ao lado de minha mãe, ele é o responsável por eu ser quem eu sou hoje, por priorizar meus estudos, me incentivar a sempre me qualificar e seguir a minha carreira da maneira como me sinto realizado.

Agradeço à banca de qualificação por ter feitos os apontamentos necessários para o prosseguimento da minha pesquisa e do meu trabalho de dissertação. Me senti ajudado e as sugestões feitas naquele dia foram muito bem-vindas.

Sou grato, também, aos meus amigos e minhas amigas tanto de Foz do Iguaçu como de Belém por estarem ao meu lado. O cotidiano do pesquisador pode ser solitário, mas a presença de pessoas queridas ao nosso redor torna esse aspecto menos dificultoso; e, com certeza, o processo de pesquisa se torna mais leve.

RESUMO

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, ao longo de seus anos de história, buscou ampliar sua influência e acrescentar sua presença no mundo pela expansão de seus membros e parceiros. A partir dessa dinâmica, no final do século XX, as regiões menos desenvolvidas do planeta passaram a entrar no radar da organização pelo fato de alguns países serem reconhecidos como potências emergentes e isso representar uma oportunidade para a OCDE reafirmar sua relevância no cenário político e econômico mundial através de parcerias com esses atores. Nesse contexto, alguns países da região latino-americana passam a fazer parte do Programa Regional da OCDE, que consiste em um programa que visa o desenvolvimento da região focado em 4 eixos temáticos. Com base nisso, o objetivo desse trabalho busca investigar o programa regional, identificar suas principais ideias e analisá-las a partir das ideias do sistema-mundo de Immanuel Wallerstein e tentar entender se tal programa proposto pode significar uma oportunidade para a região ou se em nada mudará nossa realidade.

Palavras-chave: OCDE. Sistema-mundo. América Latina. Programa Regional.

RESUMEN

La Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económico, a lo largo de sus años de historia, ha buscado ampliar su influencia y aumentar su presencia en el mundo a través de la expansión de sus miembros y socios. A partir de esta dinámica, a finales del siglo XX las regiones menos desarrolladas del planeta comenzaron a entrar en el radar del organismo debido a que algunos países fueron reconocidos como potencias emergentes y esto representó una oportunidad para que la OCDE reafirmara su relevancia. en el escenario político: económico global, a través de alianzas con estos actores. En este contexto, algunos países de la región latinoamericana pasan a formar parte del Programa Regional de la OCDE, el cual consiste en un programa que tiene como objetivo desarrollar la región enfocado en 4 ejes temáticos. Con base en esto, el objetivo de este trabajo busca investigar el programa regional, identificar sus ideas principales y analizarlas con base en las ideas del sistema mundo de Immanuel Wallerstein y buscar comprender si tal programa propuesto puede representar una oportunidad para la región o si De ninguna manera cambiará nuestra realidad.

Palabras clave: OCDE. Sistema:mundo. América Latina. Programa Regional

ABSTRACT

The Organization for Economic Cooperation and Development, throughout its years of history, has sought to expand its influence and increase its presence in the world through the expansion of its members and partners. Based on this dynamic, at the end of the 20th century, the least developed regions of the planet began to enter the organization's radar due to the fact that some countries were recognized as emerging powers and this represented an opportunity for the OECD to reaffirm its relevance in the global political:economic scenario. through partnerships with these actors. In this context, some countries in the Latin American region become part of the OECD Regional Program, which consists of a program that aims to develop the region focused on 4 thematic axes. Based on this, the objective of this work seeks to investigate the regional program, identify its main ideas and analyze them based on the ideas of Immanuel Wallerstein's world system and seek to understand whether such a proposed program can represent an opportunity for the region or whether it is in no way will change our reality

Keywords: OECD. World:system. Latin America. Regional Program

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Participação de receitas tributárias como porcentagem do PIB	34
GRÁFICO 2 - Estrutura tributária média entre América Latina e Membros da OCDE.....	35
GRÁFICO 3 - Informalidade entre trabalhadores.....	36
GRÁFICO 4 - Informalidade entre autônomos	37
GRÁFICO 5 - Barreiras ao empreendedorismo.....	40
GRÁFICO 6 - Controle estatal das operações comerciais.....	41
GRÁFICO 7 - Barreiras para o comércio e investimento.....	41
GRÁFICO 8 - Registro de patentes por milhão de habitantes.....	43
GRÁFICO 9 - Taxas de informalidade na América Latina por características em 2014	46
GRÁFICO 10 - Pobreza relativa em 2014.....	55
GRÁFICO 11 - Disparidades regionais em PIB per capita em 2010.....	56
GRÁFICO 12 - Comparação de taxas de matrícula por nível de escolaridade entre América Latina e OCDE em 2014.....	59

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CEE	Comunidade Econômica Europeia
CVG	Cadeias de Valor Global
CEPAL Unidas	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe das Nações Unidas
FMI	Fundo Monetário Internacional
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OECE	Organização Europeia de Cooperação Econômica
NAFTA	Tratado Norte:Americano de Livre:Comércio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PIB	Produto Interno Bruto
PISA	<i>Programme for International Student Assessment</i>
SEGIB	Secretaria:Geral Ibero:Americana
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 EXPLICANDO A OCDE.....	12
1.1 Contexto Histórico.....	12
1.2 Funcionamento da OCDE.....	15
1.3 Apontamentos Externos.....	18
2 DESENVOLVIMENTO TEÓRICO.....	23
2.1 Sistema-Mundo de Wallerstein.....	26
2.2 Sistema-Mundo e América Latina.....	28
3 ANÁLISE SOBRE O PROJETO DA OCDE	31
3.1 As ações do Programa Regional Da OCDE	31
3.2 As recomendações feitas pelo Programa Regional	33
3.2.1 <i>Eixo da Produtividade</i>	33
3.2.2 <i>Eixo da Governança</i>	47
3.2.3 <i>Eixo da Inclusão Social</i>	45
3.2.4 <i>Eixo do Meio Ambiente</i>	53
4 O PROGRAMA REGIONAL DA OCDE SOB A ÓTICA DO SISTEMA* MUNDO.....	63
4.1 Contexto da América Latina e o Neoliberalismo.....	63
4.2 O Programa Regional e suas bases.....	70
CONCLUSÃO.....	76
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	79

INTRODUÇÃO

A partir do avanço do século XX, a ascensão das organizações internacionais, juntamente com o multilateralismo, trouxe para a política mundial uma nova dinâmica nas relações internacionais além do modo como a economia política se desenvolve e ocorre no cenário internacional. Nesse contexto, a criação de organizações, cujo foco de atuação refere-se aos campos econômicos e da política, tornaram-se relevantes e também importantes atores no sistema internacional.

O objetivo deste trabalho é analisar os possíveis impactos da Programa Regional para a América Latina da Organização para Cooperação e desenvolvimento econômico (OCDE) à luz da teoria do sistema-mundo de Immanuel Wallerstein. Devido à heterogeneidade dentro do seu corpo de membros, as ações com autorias da OCDE podem ter como consequências a replicação de dinâmicas desiguais dentro do sistema internacional, que tendem a favorecer os países desenvolvidos e prejudicar os países em desenvolvimento. A proposição de um programa regional voltado ao desenvolvimento da região latino-americana pode ser um instrumento de reprodução de dinâmicas desiguais, resultando em possíveis impactos negativos para a região.

Ao se pensar numa conjuntura da América Latina bem integrada e com unidade política, torna-se pertinente refletir sobre as relações da região com atores internacionais distintos. A ideia de uma América Latina emancipada e com boa integração necessita por repensar as nossas relações internacionais, na busca de identificar os atores que nos beneficiam e os que prejudicam.

A OCDE participa desse debate, pois possui anos de existência, tem países latino-americanos no seu corpo de membros e levanta como bandeira a cooperação para o desenvolvimento. Logo, cogitar uma aproximação com a organização passa necessariamente sobre o julgamento de nos ajudar a atingir nossos objetivos na região ou atender a interesses alheios.

A partir disso, torna-se fundamental pesquisar sobre o tema, pois envolve uma organização internacional de muito prestígio no mundo ocidental e a região latino-americana que convive constantemente com relações desiguais e predatórias. Estas deixam na região apenas o substrato das riquezas, além de potencialidades presentes no nosso território.

1 EXPLICANDO A OCDE

Antes de entrar em detalhes sobre a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), é preciso mencionar detalhes prévios que nos ajudarão a entender a dimensão da organização, de como ela funciona; também, quais os motivos que a levaram a ocupar a posição que ela possui atualmente.

Para Da Costa (2020), a OCDE pode ser conceituada como uma instituição intergovernamental, composta, nos dias de hoje por 36 países membros, tendo como missão promover políticas que melhorem o bem-estar social e econômico das pessoas ao redor do mundo. Para além disso, a autora também considera que a organização é um local de *network* de discussão de políticas públicas, cujo principal objetivo é promover “políticas melhores para vidas melhores”, com foco na melhoria da governança global por meio da promoção do diálogo, da identificação de boas práticas internacionais e de solução para problemas comuns nos mais diversos segmentos de políticas públicas.

A própria organização declara a sua missão baseada em promover políticas que melhorem o bem-estar social e econômico em todo o mundo. Ademais, trabalha estabelecendo recomendações que se transformam em “regras do jogo” internacionais (OECD 2023).

No próprio site da organização a mesma declara sobre si que tem se destacado como importante agente na governança global. É composta por 36 países membros, com a missão de promover políticas que melhorem o bem-estar social e econômico das pessoas ao redor do mundo através do fomento, também com a viabilização de “políticas melhores para vidas melhores”.

A OCDE é a organização por meio da qual os governos podem trabalhar juntos para compartilhar experiências e buscar soluções para problemas comuns, buscando entender o que impulsiona as mudanças econômicas, sociais e ambientais (OCDE, 2023).

1.1 Contexto Histórico

O começo da história da OCDE está totalmente ligado com os acontecimentos após a Segunda Guerra Mundial. Ao final desse período, o continente europeu estava devastado devido às consequências da guerra. Para consolidar sua posição como potência, então, os Estados Unidos desenvolveram o Plano Marshall com o

objetivo de reerguer o continente europeu. Para Hobsbawm (1995), a medida utilizada pelos estadunidenses foi imprescindível para o reerguimento e desenvolvimento dos Estados europeus, como a França, Áustria e Alemanha Ocidental.

Desta forma, para auxiliar nos esforços conjuntos da reconstrução europeia, foi criada, em 1948, a Organização Europeia de Cooperação Econômica (OECE), composta por 16 Estados membros. Mais tarde, em 1959, Estados Unidos e Canadá adentrariam à organização.

A respeito do objetivo da OECE, Seitenfus (2016) descreve que o foco consistia no planejamento do desenvolvimento econômico dos membros a partir dos fundos oriundos do Plano Marshall. Após a criação da Comunidade Econômica Europeia (CEE) e o desenvolvimento acelerado europeu, a OECE tem sua função superada e substituída por outra iniciativa.

Dentre os processos que levaram a superação da OECE, Godinho (2018) descreve que, após a estabilização na Europa, os Estados Unidos buscavam modificar a lógica de doador e beneficiário e desenvolver uma dinâmica de cooperação e esforço mútuo. Outro motivo relevante estava ligado a fazer concorrência com o pacto de Varsóvia, ampliando o horizonte de participação da OECE em outros setores, expandindo a sua atuação para além do Europa.

Em 1960, Estados Unidos e Canadá (juntamente com 20 países europeus) determinaram a criação de uma nova organização, chamada de Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Seitenfus (2016) afirma que a partir disso, foi decidida a permissão de entrada de novos países, independentemente da localização geográfica. Houve, com isso, a busca por membros em diversos continentes que tivessem uma economia de mercado, democracias liberais consolidadas e elevado desenvolvimento econômico.

Dentre os membros originários da OCDE estão: Alemanha, Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Grécia, Holanda, Irlanda, Islândia, Itália, Luxemburgo, Noruega, Portugal, Suécia, Suíça e Turquia. Posteriormente, adentraram: Japão, em 1964; Finlândia, em 1969; Austrália, em 1971; Nova Zelândia, em 1973; México, em 1994; Tchêquia, em 1995; Hungria, Polônia e Coreia do Sul em 1996, Eslováquia, em 2000; Eslovênia, Chile e Israel em 2010; e, mais recentemente Colômbia, em 2020.

Os primeiros processos de adesão, de acordo com Godinho (2018), foram

rápidos e não demonstraram uma mudança brusca do caminho proposto pela organização, como no caso da adesão do Japão e Austrália. Com o fim da Guerra Fria, em 1991, a organização optou por ampliar o leque de membros; no caso da adesão do México, o país latino-americano passou por uma série de reformas econômicas para se adequar a entrada no Tratado Norte-Americano de Livre-Comércio (NAFTA). Também, houve o caso da Coreia, que durante os anos 80 e 90 passaram por reformas liberalizantes que facilitaram sua entrada na OCDE.

Com o fim da União Soviética, a OCDE estabeleceu o Centro para Cooperação com as Economias Europeias em Transição nos anos 90, visando atingir os países do leste europeu que sofriam influência do bloco soviético. Concentrou-se, então, seus esforços na Polônia, Hungria e Tchêquia; em seguida, a atuação foi ampliada à Bulgária, à Romênia e à Eslovênia, em 1995.

Ao analisar a globalização e a atuação da OCDE, Godinho (2018) chama atenção para o fato de que a globalização foi um fator relevante que condicionou as relações externas da organização, assim como contribuiu para o reconhecimento da relevância da interdependência econômica entre países: membros e não membros. Iniciou-se, com efeito, uma relação mais próxima entre economias promissoras como Hong Kong, Coreia, Malásia, Cingapura, Taiwan e Tailândia, que mais tarde seria estendida ao Brasil, à Argentina, ao Chile e ao México -países esses em processos de liberalização e com peso econômico regional relevante.

Mais adiante, em 2006, a OCDE passa a considerar uma maior relevância às grandes economias emergentes. Como consequência, a organização lançou, em 2006, um processo para expandir o alcance global da OCDE, por meio da ampliação de seus membros e de maior cooperação com países não membros. Além disso, também estabeleceu um mecanismo para identificar países com potencial de adesão.

Sob a ótica dessas dinâmicas, Godinho (2018) explica que ao buscar mais relevância, a OCDE decidiu formular uma série de programas focados para regiões e países específicos, com o objetivo de expansão de relações externas da organização. Como consequência direta, a organização lançou tais programas voltados para a Ásia e América Latina.

Os objetivos e prerrogativas da organização foram formalizados nos seus primórdios de sua criação, por isso a OCDE busca atingir a expansão econômica, aumento dos empregos e do nível de vida dos países membros através de uma

estabilidade financeira que auxiliará o desenvolvimento da economia mundial. Ademais, a organização se dispõe também a expandir economicamente os países não membros que estão em vias de desenvolvimento e expandir a comércio internacional de forma multilateral.

A partir da apresentação de elementos fundamentais neste trabalho, teremos instrumentos suficientes para colocar à prova o que a organização diz sobre ela mesma e como suas reverberações podem impactar de maneira negativa algumas relações.

1.2 Funcionamento Da OCDE

Ao explicar como a OCDE opera, resumidamente Seitenfus (2016) declara que a organização possui um funcionamento seguindo a lógica de informação, consulta e cooperação facultativa, obedecendo a regra da unanimidade, podendo seus membros votarem ou se absterem; aqueles que votam contrário não precisam estar de acordo com o que foi acordado. Além disso, a OCDE não possui nenhum dispositivo de cessão de soberania, não se categorizando como organização supranacional.

A respeito da sua estrutura organizacional, a OCDE possui um conselho, que é o órgão mais importante, em que os Estados Membros estão reunidos todos em igualdade. Sua função é fornecer recomendações e resoluções e oferecer consultoria a respeito de votos e outras decisões nas demais organizações que algum estado membro possa fazer parte. Ademais, outra prerrogativa do conselho se trata da aprovação de orçamento e repartição deste através do critério do valor destinado ao financiamento da organização

Outro órgão da organização é o Comitê Executivo, que é composto por 10 integrantes que se encarrega de organizar e planejar as reuniões do conselho. Ainda, também há a prerrogativa de elaborar estudos e relatórios e coordenar as atividades da organização.

Por último, temos o Secretariado Geral, que possui responsabilidades administrativas internas e coordena as diversas atividades de outros subsecretários. O Secretário Geral tem a função de presidir as reuniões do conselho, obtendo o poder de guiar a linha geral da OCDE. O cargo é obtido sob eleição com mandato de 5 anos, podendo ser renovável.

Dentre as atribuições dos países membros, Godinho (2018) explica que uma vez aceito na organização o país em questão possui alguns encargos, tendo eles a possibilidade de promover o alinhamento entre o programa de trabalho da Organização e as suas prioridades nacionais, financiar as atividades da Organização, presidir grande parte dos comitês e grupos de trabalho da OCDE. Nisto, são conduzidas boa parte das suas atividades e direito de voto para a designação do secretário geral.

As atividades da OCDE são organizadas baseadas em etapas, que são: o levantamento de estatísticas/elaboração de estudos e análises pelo secretariado; a discussão sobre políticas públicas e intercâmbio de experiências nacionais; a negociação eventual de instrumentos; a avaliação de políticas públicas e compromissos nacionais. As decisões e as recomendações são os dois principais instrumentos presentes da Organização; essas decisões têm cumprimento obrigatório a todos os membros que não se abstenham de sua adoção.

Geração de ideias, avaliação de políticas e produção de dados são os mecanismos de governança presentes na OCDE. O primeiro mecanismo diz respeito à capacidade da Organização de formar ideias e produzir discursos, baseada na definição de agendas e elaboração de conceitos, com influência direta sobre a identificação de desafios e respostas necessárias de políticas públicas. O mecanismo de avaliação de políticas se centra nas revisões por pares, viabilizando difusão de conhecimento sobre êxitos e limitações de políticas nacionais, contribuindo para a implementação de “boas práticas” e promoção de maior convergência entre os membros.

Ao comparar a OCDE com outras organizações, Godinho (2018) observa que a OCDE se diferencia de outras por não contar com mecanismos diretos como financiamentos, sanções comerciais ou financeiras como instrumento para o cumprimento de suas decisões. A Organização adota o estabelecimento de incentivos para cumprimento de seus compromissos e decisões, por meio de exercícios de monitoramento multilateral e revisões por pares.

Ao analisar as dinâmicas internas, Godinho (2018) chama a atenção para a disparidade na atuação dentro da organização. Segundo o autor, os países do G7 têm sido responsáveis por cerca de 60% das contribuições ao orçamento da OCDE, cerca de 370 milhões de Euros em 2016, sendo os principais contribuintes os Estados Unidos, Japão e Alemanha que juntos correspondem ao financiamento de 39% do orçamento regular em 2016. Além disso, o autor observa que os países do G7 têm

ocupado mais de 50% das presidências de comitês e grupos de trabalho; três das quatro vagas de secretário geral adjuntoda Organização que são responsáveis pela supervisão das diretorias do secretariado têm sido ocupadas por representantes indicados de Estados Unidos, Japão, Alemanha, França e Reino Unido.

A respeito da OCDE, um dos mecanismos de atuação mais presente trata-se das recomendações que são realizadas pela organização, que possuem caráter não vinculante e tem como objetivo orientar políticas dos Estados membros. Por outro lado, Seitenfus (2016) explica que a existência de comitês, como o comitê de acompanhamento e avaliação, nos dá indícios de que a não adoção das recomendações a longo prazo podem interferir na atuação do Estado membro dentro da organização.

Dentre as ferramentas que a OCDE utiliza para efetuar seu trabalho e atingir seus objetivos, a governança global é um dos métodos mais utilizados. Podemos entender governança como a capacidade englobar atividades de governos e outros atores que pelas diretrizes, objetivos definidos e políticas adotadas fazem fluir comandos a serem seguidos.

Comentando acerca da governança global da OCDE, Costa (2020) mostra o desempenho OCDE dentro da dinâmica de governança global baseado em alguns pontos, entre eles: ser espaço de apoio à formulação e condução de políticas públicas, através das trocas de experiências entre formuladores de políticas públicas nos diferentes comitês e grupos de trabalho, ser espaço de negociação de padrões ou de patamares de comportamento.

É, também, por meio de instrumentos legais que consolidam o que for identificado como as melhores práticas no campo em questão, ser espaço para discussão de temas da agenda internacional, notadamente da agenda internacional econômica. Quase sempre pioneiras, as discussões na OCDE atuam na definição de agenda em outros foros internacionais de discussão.

Tais estruturas serão importantes na análise crítica referente à organização realizada na seção final do trabalho. Isso ocorre, pois da forma estruturada atual há margem para uma protagonização de certos países em detrimento de outros, o que pode ser problemático em certas relações.

1.3 Apontamentos Externos

Após a introdução básica sobre a OCDE, seu funcionamento e o contexto histórico de sua criação, é pertinente buscarmos bibliografias e pesquisas referentes a sua atuação. Ademais, é necessário um outro ângulo sobre suas atividades e reverberações, buscando entender de forma crítica o possível impacto que a organização pode efetuar.

Comentando sobre o rótulo posto na OCDE, intitulada de “clube dos ricos” devido ao seu histórico de membros, Costa (2020) argumenta que a expansão de seu quadro de membros tem não só a função de aumentar sua influência no cenário político econômico mundial, mas também tem a intenção de tentar se distanciar do rótulo de clube dos ricos, principalmente após a aproximação de países como México e Chile e após a idealização dos programas regionais para América Latina e Ásia.

Ao comentar sobre os princípios norteadores da OCDE, Ribeiro (2018) aponta que uma das recomendações promovidas pela organização se trata da Neutralidade Competitiva, que se refere a uma forma de reduzir o espaço de atuação de empresas estatais nos países emergentes nisto, há o objetivo de garantir igualdade de competitividade com empresas privadas, evitando um tratamento diferenciado para empresas públicas.

Ribeiro (2018) contra-argumenta a recomendação da OCDE, afirmando que empresas públicas possuem outras prerrogativas além do lucro, como fomentar o desenvolvimento e aquecer mercados internos, política utilizada por muitos países desenvolvidos membros da própria OCDE. Ainda, o autor observa que ao colocar a medida em prática há o aumento da vantagem de empresas privadas de países desenvolvidos em regiões de países em desenvolvimento.

Analisando o histórico recente da OCDE, Marcos Ribeiro (2007) argumenta que a aproximação da organização aos países em desenvolvimento como Chile e México se trata de um planejamento de médio a longo prazo para estabelecer vínculos mais estreitos com países em situação semelhante. Logo, o autor alerta que tal gesto não pode ser visto como altruísmo, mas sim como forma de tentar buscar mais credibilidade e prestígio no cenário internacional devido às mudanças ocorridas da economia internacional.

Um documento importante que marca o início dessa manobra diz respeito ao Relatório Noboru (2004), o qual traça os parâmetros e critérios para a adesão de

novos membros, tornando o processo mais burocrático e minucioso em relação a momentos anteriores. Tais parâmetros moldados pelo relatório reforçam a aproximação da OCDE com valores ocidentais muito presentes nos seus membros, pois nos critérios adotados para adesão de novos membros envolvem: ser uma economia de mercado, respeito à adesão a princípios democráticos e direitos humanos e ser um ator relevante para a economia global. Também, há o critério de benefício mútuo à organização e ao possível membro.

Ribeiro (2007) continua a sua argumentação explicando que os membros da OCDE não têm o mesmo impacto de décadas atrás na economia internacional que devido às novas dinâmicas advindas das constantes mudanças nas relações internacionais, dentre elas: a globalização. Uma nova atuação precisou ser idealizada pela OCDE para buscar manter seus status e sua relevância no cenário internacional.

A partir desses fatos, ocorre o maior ciclo de adesão de membros, começando em 2007, com a adesão de Chile, Estônia, Israel, Eslovênia, Letônia, Colômbia, Costa Rica e Lituânia. Ademais, ocorreu durante esse período uma aproximação com os considerados “países chaves” como Brasil, África do Sul, China, Índia e Indonésia, corroborando com a argumentação de Ribeiro (2007).

A respeito do caráter da OCDE, ao longo da história, Castro (2020) comenta que a ideologia neoliberal sempre esteve presente na organização desde a sua criação advinda do contexto da Guerra Fria. Apesar disso, mais recentemente a organização abriu discussões acerca de desigualdade social e bem-estar da sociedade, o que não significa uma ruptura com o ideal neoliberal.

A partir desse contexto, Castro (2020) considera que ao utilizar a governança global ao seu favor, a OCDE é bem-sucedida em expandir suas ideias pelo cenário internacional. Constrói-se, com isso, uma rede densa e complexa de atores que lhe dão relevância e credibilidade na busca pelos seus objetivos no cenário internacional.

Ao mencionar seus objetivos, historicamente, Castro (2020) considera que o nascimento da OCDE é uma forma de extensão da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), pois para ele, se a OTAN é o braço militar do ocidente, a OCDE é o braço político econômico propagador de ideias e valores econômicos de teor ocidentais e eurocêntricos. Como tais dinâmicas mudaram após o fim da Guerra Fria, a organização buscou formas de se reorganizar.

Baseado nisso, a organização propôs diversas mudanças entre elas, está a

ampliação de seu número de membros, conforme mencionado por Ribeiro (2007) e Costa (2020). Nesse sentido, Castro (2020) complementa a discussão declarando que tal movimento da OCDE também passa por difundir em maior número as ideias neoliberais ocidentais.

Ao mencionar os laços próximos da organização com o neoliberalismo, Castro (2020) argumenta: a OCDE alerta os esquemas "generosos" de prestação de serviços sociais que alguns países mantêm, escondem problemas geradores de desemprego e são perigosos para a economia. Além disso, a organização desaconselha a ideia de manter os níveis altos de gastos públicos em alguns países na concessão de benefícios sociais e proteção do emprego; ainda, insiste na "boa prática" de reduzir as condições que possam criar rigidez no mercado de trabalho.

Ainda a respeito desse tema, Castro (2020) continua a sua argumentação: as diretrizes da Organização têm como objetivo recomendar a limitação dos gastos públicos, com conseqüente aumento da despesa privada das empresas, famílias e indivíduos. Dessa forma, as chamadas ideias "boas práticas" são consideradas aquelas que recomendam austeridade fiscal, redução de gastos públicos, gastos de indivíduos e famílias na aquisição de serviços sociais. Nesse contexto, Castro (2020) critica a ideia do corpo técnico e recomendações da OCDE como sendo indiscutíveis ou não sendo passivas de parcialidade ou alinhamento ideológico.

Castro (2020) menciona que mais recentemente a OCDE busca diversificar o seu discurso e tenta fazer um esforço para que as ideias de setor econômico da organização não interfiram em outros setores como: emprego, seguridade social, educação e etc. Tenta-se suavizar a característica neoliberal presente na organização e procurar atuar de forma mais branda, tendo mais enfoque no combate à pobreza e participação política da sociedade, o que o autor chama de "liberalismo inclusivo ou "liberalismo inovador". Importante salientar que esses sinais não indicam uma ruptura, mas sim uma amena mudança de atuação.

A respeito dessa tentativa de suavização da ortodoxia neoliberal, Castro (2020) comenta: apesar da aparente aproximação com ideias mais progressistas, a redução da pobreza e desenvolvimento sociais ainda estão condicionadas ao seguimento de medidas neoliberais na economia com pré-requisito para alcançá-las.

A partir disso, há o rótulo e o prestígio aos países ocidentais à OCDE como imparcial, seguindo recomendações e ideias efetivas cientificamente e não seguindo nenhuma política ou ideologia, além de ser importante a atuação da organização na

criação de uma idealização de um senso comum e sensatez acerca de alguns temas. Torna-se, então, o papel da OCDE como um propagador de ideias daquilo que é tido como eficiente e modelo a ser seguido no mundo, assim como parâmetros a serem copiados.

A partir dessa dinâmica, a OCDE é capaz de influenciar através de sua atuação e sua rede de governança, da sua elaboração de rankings, da formatação de indicadores socioeconômicos, das interações entre agentes econômicos públicos e privados. Outro setor que Castro (2020) chama a atenção e que se complementa com a discussão sobre a influência da OCDE no que diz respeito à criação de um determinado ideal se refere ao setor educacional, em que há o ensino e um ideal de estado moderno e sociedade promovida pela organização. Esta é baseada nos seus ideais, na busca de criar um elo entre resultados educacionais e econômicos.

Discutindo acerca desse tema, Castro (2020) indica que a OCDE tem o foco direcionado para a educação voltada para atender o mercado de trabalho e a competição econômica com a maior participação do setor privado nessa área, além da promoção da educação financeira, após 2008, que recomenda seguir critérios mais empresariais em suas vidas. Também, ensinar a investir e empreender tem como consequência o ideal de um sujeito que é obrigado a afirmar-se como capital humano, que deve utilizar mecanismos do mercado financeiro para aumentar seu valor e buscar o alcance de seus objetivos. Demonstra-se, assim, que a organização não busca somente criar um ideal de Estado, mas também um ideal de sujeito.

A respeito do modelo da OCDE proposto para a agricultura e alimentação, Jimenez *et al.* (2018) afirma que o desenvolvimento agrícola pensado pela organização está mais próximo de lógica mercadológica e contra a agricultura milenar e campesina dos povos tradicionais do que, de fato, efetiva ou preocupada em alimentar o maior número de pessoas possíveis. Nessa dinâmica, os autores indicam que o desenvolvimento de setores ligados à agropecuária e à produção de alimentos está voltada a uma lógica liberal de mercantilização mercadológica destinada ao aumento de lucros.

Comentando sobre o modelo econômico proposto pela OCDE em 2016 para os próximos 50 anos, Jimenez *et al.* (2018) analisam que a organização pauta a dinamização em 3 eixos: agricultura, saúde e indústria. Na agricultura, a biotecnologia age como carro chefe; na indústria, a homogeneização de normas internacionais para conseguir um padrão único para definir custos de produção e

rentabilidade e uma noção exata do ciclo do produto. Os autores descrevem que ao dar o papel de destaque à biotecnologia, a lógica de produtividade, o crescimento e a rentabilidade presentes no capitalismo persistem ao mesmo tempo em que afastam as discussões envolvendo mudanças climáticas, esgotamento de recursos naturais e preservação.

A partir dessas informações, Jimenez *et al.* (2018) escrevem que a intenção de tirar a economia mundial do pouco dinamismo daquele período se torna uma tarefa difícil ao manter intactas as bases ideológicas e as políticas, as quais tiveram influência na conjuntura daquele momento. Mais adiante na discussão, os autores questionam o que a organização pretende com tal discurso, e os benefícios atrelados a este vão para quais pessoas ou para quais lugares.

Posteriormente Jimenez *et al.* (2018) continua a crítica acerca da dinâmica docapitalismo relacionada à OCDE afirmando que consumidores estão sujeitos ao que grandes empresas decidirem ao quê, onde, como e por que, produzir tal bem. Nos espaços de trabalho dos organismos multilaterais essa dinâmica também ocorre, se discute o que é produzido, o que é vendido e a que preço. Não há espaços sobre o que é útil ou não para a sociedade, quais impactos esses produtos ou as consequências que eles têm para a natureza, não importando de que lugares eles tenham que extrair as matérias-primas e quais problemas essa exploração pode deixar.

É importante mencionar que a observação das ações da OCDE e suas ideias, bem como o programa regional pensado pela organização, será analisada após a apresentação das ideias do programa regional e de seus eixos na secção final deste trabalho.

2 DESENVOLVIMENTO TEÓRICO

Immanuel Wallerstein foi um renomado sociólogo e historiador, conhecido por sua contribuição significativa para a compreensão do sistema econômico global em escala planetária, por meio de sua teoria do sistema-mundo. Neste capítulo, faremos uma introdução ao pensamento de Wallerstein, explorando as principais ideias e conceitos que fundamentam sua abordagem teórica.

Antes de entrar mais especificamente na análise de sistemas-mundo de Wallerstein, torna-se necessário abordar detalhes prévios para uma melhor compreensão do trabalho do autor. O pensamento de Wallerstein se baseia em uma perspectiva histórico-estrutural, que busca entender as relações entre a economia, a política e a sociedade ao longo do tempo. Ele propõe uma análise crítica das estruturas e dinâmicas globais, destacando a importância das relações de poder na organização do sistema-mundo.

Os estudos de Wallerstein são muito influenciados pelo materialismo histórico de Karl Marx, que se dedicava em entender as relações entre o trabalho e a produção de bens materiais ao longo da história. Em outras palavras, para entender melhor o contexto internacional atual, é crucial compreender a formação e evolução do sistema capitalista mundial.

Além disso, Wallerstein (2011) destaca a necessidade da análise estrutural. Ele busca identificar as estruturas sociais, econômicas e políticas que moldam as relações e as dinâmicas globais. O autor argumenta que é essencial entender as estruturas de poder e as relações de classe para analisar as desigualdades e as contradições presentes no sistema social.

Em termos gerais, uma das contribuições mais importantes de Wallerstein, é sua crítica ao paradigma eurocêntrico da análise histórica. Na sua obra, argumenta-se que a história do sistema-mundo não pode ser compreendida apenas a partir da perspectiva das nações europeias, mas deve levar em consideração às interações entre todas as partes do sistema. Essa abordagem desafia a visão tradicional de que o desenvolvimento econômico é linear e progressivo, destacando as desigualdades estruturais e as relações de exploração presentes no sistema-mundo.

Além disso, Wallerstein destaca a importância das lutas sociais e dos movimentos de resistência no sistema-mundo. Ele argumenta que essas lutas podem desempenhar um papel crucial na transformação das estruturas de poder na busca por uma ordem social mais justa. Baseado nessas informações, Wallerstein (1995) comenta que com o advento da Revolução Francesa ficou evidente a força e o poder da classe trabalhadora, também de como ela poderia se tornar uma ameaça aos interesses da classe dominante.

Comentando Sobre o Século XIX, Wallerstein (1995) argumenta que tal período foi preponderante para a construção de um Estado liberal europeu e, conseqüentemente, mais tarde seria central dentro do sistema mundo. O autor explica que a institucionalização da ideologia liberal foi uma ferramenta para iludir a classe trabalhadora, pois pelo direito ao voto as classes teriam a falsa sensação de pertencimento à sociedade e à vida política, além disso, a transferência de mais valia através de previdência acalmaria os antagonismos de classe, visto que reduziria a miséria e custaria menos à classe dominante do que lidar com possíveis revoluções e revoltas.

Dentre os principais temas discutidos por Wallerstein, estão as relações de poder e exploração entre as nações e a partir das desigualdades econômicas e sociais entre os países, que são perpetuadas pelo sistema capitalista global. O sistema capitalista global é um campo de análise relevante a partir da integração das relações sociais analisadas de forma conjunta e não unitária, buscando identificar e entender como tais processos se interligam.

Na visão de Wallerstein (2001), o termo "capitalismo histórico" é utilizado para descrever o sistema econômico e social dominante desde o século XVI até o presente. Para o autor, o capitalismo histórico é um sistema mundial que se desenvolveu a partir da expansão do capitalismo europeu e da formação de uma economia global integrada.

O capitalismo histórico é caracterizado pela busca incessante de lucro por meio da acumulação de capital, em que a produção de mercadorias é orientada pela busca de valor e trocas no mercado. Wallerstein (2001) destaca que o capitalismo histórico se baseia em uma divisão internacional do trabalho, na qual diferentes regiões e países desempenham papéis específicos na produção e troca de bens e serviços.

De acordo com o pensamento de Wallerstein (2001), a lei geral de acumulação capitalista é um conceito fundamental para entender o funcionamento do sistema econômico global. Essa lei descreve o processo pelo qual os capitalistas buscam incessantemente a acumulação de capital, impulsionando o desenvolvimento

e a expansão do sistema capitalista.

Segundo o autor, a acumulação de capital é o motor do sistema econômico capitalista. Os capitalistas buscam aumentar sua riqueza através do reinvestimento de lucros na produção de bens e serviços, com o objetivo de obter ainda mais lucro. Isso implica uma busca constante por novas oportunidades de investimento, expansão de mercados e exploração de recursos.

A lei geral de acumulação capitalista implica que, à medida que os capitalistas acumulam capital, eles procuram ampliar sua influência e controle sobre os meios de produção. Isso pode ocorrer pela aquisição de ativos produtivos, como terras, fábricas e tecnologias, além da expansão de suas operações e redes de negócios.

No entanto, Wallerstein (2001) ressalta que a lei geral de acumulação capitalista não é um processo homogêneo ou uniforme. Ela é afetada por diferentes fatores, como a competição entre os capitalistas, as flutuações econômicas, as mudanças políticas e as relações de poder entre as diferentes regiões do sistema-mundo.

É explicado, com afeição, por Wallerstein (2001), que a acumulação de capital não ocorre de maneira ilimitada. Ele identifica limites estruturais que restringem a acumulação de capital, como a escassez de recursos naturais, a saturação de mercados e a resistência dos trabalhadores e movimentos sociais. Esses limites podem levar a crises econômicas, desigualdades crescentes e transformações no sistema-mundo.

Ao utilizar o termo "capitalismo histórico", Wallerstein (2001) enfatiza a historicidade e a dinâmica do sistema econômico global, em contraste com visões que retratam o capitalismo como um sistema estático e uniforme. Ele destaca que o capitalismo histórico não é apenas uma forma de organização econômica, mas também está intrinsecamente ligado a estruturas políticas, sociais e culturais que moldam as relações de poder e as desigualdades globais.

Outro ponto importante no pensamento de Wallerstein se trata da relevância das classes sociais na política internacional. A lógica utilizada refere-se à existência das elites dominantes dos países, principalmente centrais, que possuem extrema influência e poder de decisão dentro das relações internacionais, suas políticas são guiadas por seus interesses econômicos e de classe. A luta de classes é vista como um motor da história, e a luta contra a exploração e a opressão é vista como uma tarefa central da política internacional.

A respeito desse ponto, Sarfati (2005) contribui afirmando que a política externa de um país pode ser explicada em função dos interesses da burguesia, se um determinado país tem uma estrutura produtiva baseada na terra e na produção agrícola, o Estado será utilizado por esse grupo dominante para garantir vantagens e defender seus interesses no cenário internacional. A partir disso o campo internacional, resultando em guerra ou cooperação, dependerá, também dos interesses da burguesia dominante em cada país.

2.1 O Sistema-Mundo de Wallerstein

A teoria do sistema-mundo de Wallerstein é uma abordagem teórica que procura entender a história e a dinâmica do sistema econômico global em escala planetária. Essa teoria foi desenvolvida por Immanuel Wallerstein, em meados da década de 1970, e se tornou uma das principais abordagens da sociologia econômica e da teoria social crítica.

Segundo Wallerstein, o sistema-mundo é um sistema econômico e político que engloba toda a economia global e as relações entre as nações, que se desenvolveu a partir do final do século XV, permanecendo até os dias atuais. Esse sistema é caracterizado por um conjunto de relações econômicas e políticas entre as diferentes regiões do mundo, que são organizadas hierarquicamente com base nas relações de poder.

A respeito dessa dinâmica, Jatobá (2013) explica que o sistema-mundo possui uma estrutura política e econômica baseada na lei da acumulação capitalista. Com isso, ao analisar as relações de poder entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento, é possível notar a exploração dos países desenvolvidos sob os países em desenvolvimento a partir do desenvolvimento desigual entre as partes

Wallerstein (1974) explica que o sistema-mundo é dividido em três partes principais: o centro, a periferia e a semiperiferia. O centro é composto pelas nações mais ricas e desenvolvidas, que influenciam diretamente a produção e a distribuição dos bens e serviços globais, além de se concentrarem em atividades que mais geram valor agregado. A periferia, por outro lado, é composta pelas nações mais pobres e menos desenvolvidas, que são exploradas pelo centro e têm pouco controle sobre sua própria economia, sendo caracterizadas por serem exportadoras de matéria-prima com destino aos países centrais, concentrando-se em atividades com baixa tecnologia.

Por último, a semiperiferia: é um grupo de nações que estão em transição

entre o centro e a periferia, que possuem alguma autonomia e influência em relação ao sistema tendo como características mistas suas atividades. Algumas vezes, são relacionadas aos países periféricos outras vezes aos países centrais.

Wallerstein (1974) argumenta que o sistema-mundo é um sistema de exploração econômica e dominação política, no qual as nações mais ricas e poderosas dominam as mais pobres e menos poderosas. Ele sugere que a exploração econômica é baseada em uma divisão internacional do trabalho, em que as nações do centro controlam a produção de bens e serviços de maior valor agregado, enquanto as nações da periferia produzem bens primários e de baixo valor.

Sobre os países considerados semiperiféricos, Sarfati (2005) descreve que os países considerados semiperiféricos funcionam como uma espécie de amortecedor social, que tem como uma de suas funções dissipar as tensões, conflitos e contradições do próprio capitalismo entre os países centrais e periféricos. Isso ocorre através da ideia de uma possível ascensão que se revela na verdade extremamente atípica e singular.

No que diz respeito a esse tema, Jatobá (2013) discute que a divisão internacional do trabalho é fundamental para o aumento das desigualdades regionais. Nas estruturas de classe, uma possível variação dependerá da localização de um determinado país no sistema-mundo, ocorrendo diferenciações entre os trabalhadores da periferia, do centro e da semiperiferia, assim como os diferentes interesses entre as burguesias nacionais e regionais, também como elas se relacionam.

Ao comentar sobre os períodos do capitalismo, Wallerstein (1974) argumenta que o sistema-mundo é caracterizado por uma dinâmica cíclica de expansão e contração, que esses ciclos são marcados pela ascensão e queda de potências hegemônicas. Cada ciclo é iniciado por uma potência hegemônica emergente que desafia e eventualmente substitui a potência hegemônica anterior. Essas mudanças são acompanhadas por mudanças na economia global e nas relações políticas entre as nações.

A partir desse contexto, Arrighi (1994) complementa a discussão ao mencionar que existe uma relação entre o sistema capitalista atual e o desenvolvimento do capitalismo na Itália, a partir do século XIV. Ao decorrer da sua obra, o autor discute o deslocamento de poder econômico mundial ao longo da história; nisto, o autor identifica quatro ciclos sistêmicos de acumulação: o genovês, no século XVI; o holandês, nos séculos XVII e XVIII; o britânico, durante os séculos XIX e XX; e o ciclo estadunidense presente atual.

Nesse sentido, podemos concluir resumidamente que a teoria do sistema-mundo de Wallerstein é uma abordagem teórica que procura entender a dinâmica do sistema econômico global em escala planetária, destacando a hierarquia de poder entre as diferentes regiões do mundo. Sugere-se, então, que o sistema-mundo é caracterizado por ciclos de expansão e contração, e que a exploração econômica e a dominação política são características fundamentais do sistema.

2.2 Sistema-Mundo e América Latina

Ao entender os conceitos e ideias ligadas à teoria do sistema-mundo, torna-se pertinente compreender como essas dinâmicas podem ser analisadas e percebidas na região latino-americana; também, como elas dialogam com as nossas complexidades e particularidades. Isso acontece para termos a dimensão da discussão proposta por esse trabalho de analisar os possíveis efeitos, incluindo os impactos do programa regional para a América Latina da OCDE.

A relação de dominação econômica internacional, influenciada pela Divisão Internacional do Trabalho mencionada pelas ideias do sistema-mundo, dialoga diretamente com as ideias da Teoria da Dependência, cujos maiores influenciadores desse pensamento são: Prebisch, Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso e Falleto.

Ao abordar o assunto da teoria da dependência, Sarfati (2005) declara: o pensamento da teoria é caracterizado pela relação de dependência entre os Estados periféricos e centrais, em que o modelo de trocas comerciais desiguais acentua as diferenças econômicas e torna os Estados periféricos cada vez mais dependentes da ação dos países centrais. A partir disso, podemos analisar que a teoria da dependência pode ser vista como uma tentativa de explicar as dinâmicas específicas que operam na periferia do sistema-mundo.

Para Wallerstein (1995), a emancipação (ou desenvolvimento autônomo) da América Latina deveria ir muito além da substituição de importações promovida no passado. Ademais, deveria, na realidade, romper ou se desvencilhar da economia-mundo capitalista.

Ao relacionar o capitalismo com um determinado modelo de sociedade a ser seguido, Prado (2010) menciona que ao questionar esse modelo de produção automaticamente questionamos as formas de exploração na qual uma classe é submetida; dentre tais formas, a tecnologia desempenha um papel importante nesse

ponto. Ao ser utilizada pela classe dominante, a tecnologia é utilizada como ferramenta de dominação e exploração, ao invés de servir a classe trabalhadora como forma de suavizar as horas de trabalho e otimizar o esforço produzido.

Partindo desse ponto, a defasagem tecnológica entre os países do centro e da periferia é causada pela própria dinâmica do sistema capitalista, explicitada pelo sistema-mundo, que incentiva a concentração de riqueza e poder nas mãos dos países centrais em detrimento dos países periféricos. Os países centrais, por terem maior poder econômico e político, conseguem investir em tecnologia e inovação, enquanto os países periféricos ficam à margem desses avanços.

Tal defasagem tecnológica prejudica principalmente a classe trabalhadora dos países periféricos, como os países da América Latina: esses trabalhadores enfrentam condições precárias de trabalho, salários baixos e falta de acesso à tecnologia e à educação. Além disso, a dependência da exportação de matérias-primas e recursos naturais cria uma economia instável, vulnerável a flutuações no mercado global, o que levava crises econômicas, agravando ainda mais as condições de vida da classe trabalhadora.

Comentando acerca do neodesenvolvimentismo e neoliberalismo na América Latina, Prado (2010) explica que ao adotar essas ideias significa aderir ao crescimento econômico com equidade social, que se daria pela determinada intervenção do Estado e por um pacto social entre as classes, visando ao desenvolvimento nacional. Contudo, o autor explica: ao tomar tal atitude significa ignorar questões, como o caráter do Estado no sistema capitalista mundial, especificamente, nos países periféricos o papel produtivo da América Latina dentro desse sistema, a forma particular de acumulação e reprodução do capital na região a relação da burguesia interna dos países latino-americanos com a burguesia dos países imperialistas.

Sugerindo a união entre a análise do sistema-mundo e a teoria da dependência, Prado (2010) explica: ao dialogá-las, é possível extrair um direcionamento para uma crítica radical ao neodesenvolvimentismo. Entre as críticas, está pautada a ideia de que no ato de adotar termos como país desenvolvido ou subdesenvolvido, há uma crença no senso comum de que a riqueza mundial através da globalização e do capitalismo são capazes de alastrar suas benesses, dando a esperança de atingir determinados padrões de vida.

Com isso, ao utilizar as ideias do sistema-mundo e teoria da dependência, tal crença é derrubada e são expostas as relações que compõem o sistema-mundo e o capitalismo mundial; também, como elas moldaram cada aspecto da vida em

sociedade.

A partir dessas ideias, interpretamos que considerar as ideias de sistema mundo, juntamente com as da teoria da dependência, há instrumentos de análise para entendermos o papel dado à América Latina no sistema-mundo; ainda, como a região chegou onde está, quem se beneficia da nossa posição e os métodos de emancipação ou suavização da dominância exercida pelos países centrais do capitalismo. Fará, assim, com que, nós, latino-americanos sejamos soberanos nos rumos da nossa região, evitando nos deixar levar por falsas promessas e relações nos quais nos enfraquecem.

A teoria do sistema-mundo de Wallerstein oferece uma perspectiva crítica e abrangente sobre o sistema econômico global. Seu pensamento nos convida a refletir sobre as relações de poder, as desigualdades estruturais e as lutas sociais que moldam a dinâmica do sistema-mundo. Ao considerar a história global como uma totalidade interconectada, Wallerstein nos desafia a repensar nossas concepções tradicionais de desenvolvimento e progresso, a buscar uma compreensão mais justa e equitativa das relações globais.

Desta forma, as ideias de Wallerstein nos servirão, neste trabalho, para identificar e analisar possíveis dinâmicas desiguais dentro da OCDE e como elas são refletidas no projeto regional da organização para a região latino-americana, nos servindo de ferramenta para observar o funcionamento das relações entre a organização, seus membros e a América Latina. Isso ocorre porque a teoria do sistema-mundo dialoga diretamente com a realidade latino-americana, principalmente no quesito dos nossos relacionamentos com países localizados no centro do capitalismo e como essas relações podem nos desfavorecer.

A partir dessa etapa, teremos uma visão panorâmica do programa regional da OCDE para a América Latina. Por fim, haverá a possibilidade de identificar se existem ganhos positivos para a região, quem mais se favorece no projeto e quais valores estão concretizados na formulação desse projeto da OCDE.

3 ANÁLISE SOBRE O PROJETO DA OCDE

Antes de entrarmos em detalhes sobre o programa regional da OCDE para a América Latina, é importante entender como essa iniciativa surgiu. Em capítulos anteriores, Godinho (2018) e Ribeiro (2007) explanaram que a após a globalização, a aproximação da organização com países mais afastados do centro do capitalismo como os países latino-americanos e do sudeste asiático ocorreu devido a uma tentativa da OCDE de conservar a sua relevância no cenário internacional; isto, em decorrência da relevância que economias emergentes vinham tendo na participação do comércio internacional.

Nesse contexto, a lógica era evitar que a organização concentrasse seus esforços somente nos seus países membros e futuramente perdesse a oportunidade de ter, na sua organização, países promissores economicamente, perdendo eventualmente relevância e credibilidade. A partir dessa conduta, a OCDE lança os programas regionais, em 2016, para a América Latina e Caribe, leste europeu e sudeste asiático.

3.1 As Ações do Programa Regional da OCDE

No documento lançado em 2016, nomeado de “*OECD Latin America and the Caribbean: Regional Programme*”, a organização afirma que uma agenda de reformas é essencial para o programa atingir seu sucesso, pois “melhores políticas e as reformas estruturais são necessárias para garantir maiores taxas de crescimento e sustentar o desenvolvimento econômico e social” (OECD 2016).

De acordo com o documento, o programa identificou 4 áreas-chaves de atuação para ter como prioridade, sendo elas: o fortalecimento das instituições de governança, que permitirá uma boa governança pública e uma forte cultura de integridade, restabelecendo a confiança nas instituições públicas; o eixo de ampliação da inclusão social, que buscará melhorar o acesso aos mercados de trabalho, o desenvolvimento de habilidades e melhor acesso ao transporte público e tecnologia, garantindo que o crescimento econômico beneficie a todos; o eixo do aumento da produtividade, que estimulará o crescimento da produtividade que posteriormente aumentará a participação nas cadeias de valor regionais e globais.

Por fim, o último eixo: a garantia da sustentabilidade ambiental que buscará

implementar políticas ambientalmente saudáveis e fornecer fortes incentivos para a gestão sustentável dos recursos naturais e ecossistemas, na tentativa de aumentar a produtividade e o comércio, ao mesmo tempo em que promovem a sustentabilidade e redistribuem a riqueza. Cada área possui publicações e documentos discutindo com mais profundidade cada assunto, os quais que serão discutidas neste trabalho mais adiante.

Além disso, a organização promete uma protagonização maior dos países latino-americanos no programa e na organização, o que fica evidente a partir desse trecho: “O Programa irá ainda facilitar uma maior participação da América Latina e do Caribe no trabalho da OCDE e o acesso à expertise da OCDE. Ele possibilitará um diálogo sistemático e mutualmente benéfico entre aos países da OCDE e da América Latina e do Caribe, ao levar as perspectivas da região para o trabalho dos órgãos da OCDE” (OECD 2016).

Para reforçar esse ponto, no documento de 2016 a organização encara como possibilidade incluir iniciativas de governança sub-regionais como forma de facilitar o diálogo entre o núcleo do programa e as necessidades regionais de cada país.

É importante mencionar que a parceria entre os países da região latino-americana e a OCDE possuem outros atores que cooperam mutualmente nesse processo de participação, tendo os seguintes exemplos: a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe das Nações Unidas (CEPAL), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Secretaria Geral Ibero-Americana (SEGIB).

Na parte final do documento, a organização expressa a intenção de contribuir para a implementação da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) para o Desenvolvimento Sustentável. Em específico, o programa regional buscará atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) número 17 referente à parceria e meios de implementação; nisto, segundo o próprio site da ONU, há o objetivo de compartilhar conhecimento e experiência para apoiar a realização dos objetivos de desenvolvimento sustentável.

3.2 Recomendações feitas pelo Programa Regional

3.2.1 Eixo Da Produtividade

No site da organização sobre o eixo de produtividade, a problemática apresentada pela OCDE está no fato de que o crescimento econômico na região não foi robusto o suficiente para diminuir de maneira significativa a pobreza e desigualdade de renda. A OCDE identificou que para tornar esse crescimento expressivo para modificar a realidade socioeconômica da região, o crescimento da produtividade teria um papel fundamental nesse processo.

A partir da exposição desses fatos, a organização publica o documento *Boosting Productivity and Inclusive Growth in Latin America* em 2019, em que é discutido em quais setores e por meio de quais políticas governamentais poderiam ajudar a acelerar o crescimento da produtividade, ou seja, da renda. Será considerado que a eliminação de restrições em um setor nem sempre pode levar a melhorias em produtividade geral se outras restrições persistirem em outros segmentos da economia.

A identificação de restrições ao crescimento tem sido principalmente uma questão empírica. Para a OCDE, essa identificação está pautada naquilo que é aprendido e analisado com os países bem-sucedidos que praticaram determinadas políticas no passado para se tornarem países de renda mais alta.

Nesse quesito, a melhoria da produtividade possui um papel-chave no documento mencionado de 2019. A OCDE enfatiza a importância de aumentar a produtividade como um motor fundamental para o crescimento econômico sustentável. Nisto, esse crescimento econômico poderá ser alcançado por meio de investimentos em capital humano, inovação, pesquisa e desenvolvimento; também pela melhoria da eficiência nos setores produtivos.

A identificação da produtividade como problema a ser superado pela região é mencionada logo no prólogo do documento citado, a partir da seguinte passagem:

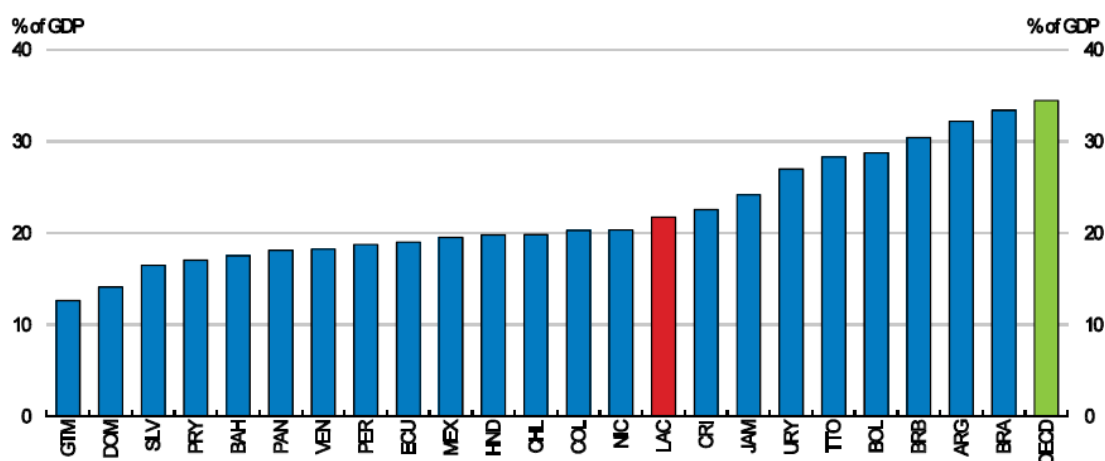
Produtividade é um dos fatores determinantes de um crescimento elevado e sustentado. Para isso, é fundamental projetar e implementar boas políticas que aumentem a competitividade entre nossas empresas de menor porte, fomentem diversificação e

sofisticação da estrutura produtiva de nossas economias e promover a democratização do empreendedorismo e das oportunidades de inovação. Desta forma, contribuiremos para a redução da desigualdade e aumentar o bem-estar dos nossos cidadãos (OECD p.3 ,2019).

Seguindo a lógica, a organização menciona a questão da produtividade. Não por acaso, esse foi um dos eixos escolhidos como foco, tendo outras subáreas de importância relacionadas com o tema. Ainda, a OCDE aborda sobre o fortalecimento da política fiscal, que é essencial ferramenta para garantir o aumento de produtividade.

Conforme organização, o aumento do orçamento dedicado ao aumento da produtividade pode ser viabilizado via reformas tributárias. Isso ocorre visto que, segundo o documento, a média de receitas tributárias como porcentagem do PIB em média na América Latina são menores em relação à média dos países membros da OCDE, como é possível observar no gráfico abaixo:

Gráfico 1 - Participação de receitas tributárias como porcentagem do PIB



Fonte: OECD/ECLAC/CIAT/IDB (2016), Revenue Statistics in Latin America and the Caribbean 2016, OECD Publishing, Paris.

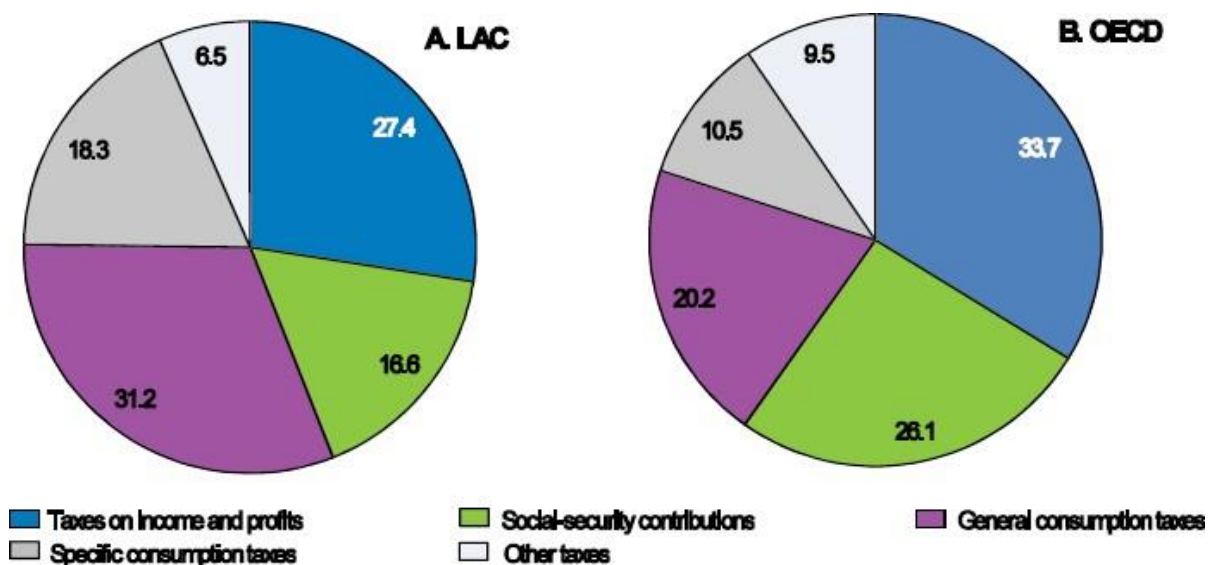
É perceptível a diferença entre a média de países da OCDE de acima de 30% e a média da América Latina de aproximadamente 20%, Há apenas Brasil e Argentina como países mais próximos da média da OCDE, tendo muitos países abaixo da média da região.

No documento é discutido que cobrar mais impostos não significa sucesso automático: para a organização, a forma como as receitas fiscais são arrecadadas é tão crucial quanto a quantidade arrecadada. Em contraste com a maioria das economias da OCDE, as estruturas tributárias na América Latina e no Caribe são mais dependentes de impostos indiretos em relação aos impostos diretos, como impostos de renda corporativos e pessoais.

Em 2013, os impostos sobre lucros e dividendos responderam por 27,4% das receitas tributárias em média nos países latino-americanos e caribenhos; as contribuições previdenciárias representaram 16,6%. Na OCDE, os valores correspondentes foram de 33,7% e 26,1% das receitas fiscais totais, respectivamente.

A partir do gráfico abaixo, fica evidente a forma como os impostos são cobrados na nossa região e como eles diferem da forma com que os países da organização colocam em prática as suas políticas tributárias:

Gráfico 2 - Estrutura tributária média entre América Latina e Membros da OCDE.



Fonte: OECD/ECLAC/CIAT/IDB (2016), Revenue Statistics in Latin America and the Caribbean 2016, OECD. Publishing, Paris.

O documento destaca: em alguns países da região, há espaço para aumentar as receitas fiscais para dar brecha no orçamento com vias de destinartais recursos a políticas públicas nas áreas destacadas no relatório. Sendo importante ressaltar a cobrança de impostos mais justas sobre as maiores rendas pessoais e a flexibilização das taxas, as menores rendas têm o objetivo de não agravar a desigualdade de renda, já muito presente na região, assim como combater a evasão fiscal.

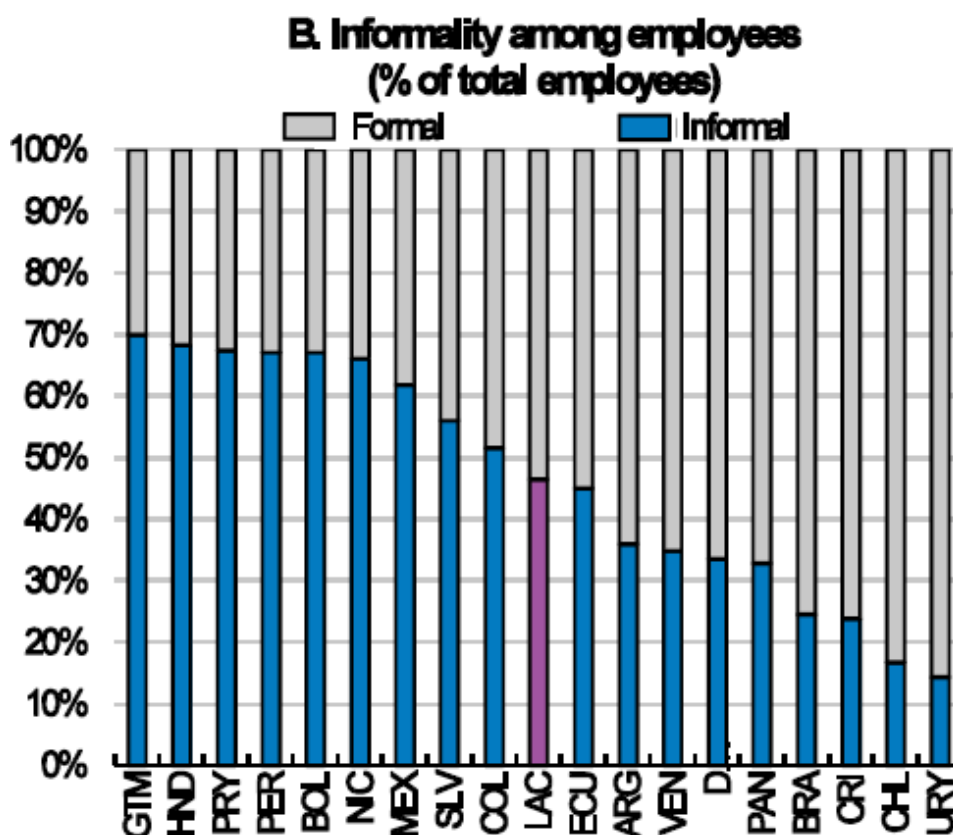
No mesmo documento também há a discussão sobre a desigualdade e inclusão social; nisto, a organização destaca a necessidade de políticas que reduzam as desigualdades econômicas e sociais na região. Isso pode envolver a promoção de igualdade de oportunidades na educação, acesso a serviços de saúde e inclusão no mercado de trabalho, especialmente para grupos historicamente marginalizados.

Sobre a produtividade na América Latina, o relatório chama a atenção para o combate ao emprego informal e incentivo para empregos formais. O relatório define a informalidade como todo o rendimento produzido e emprego que ocorre fora do escopo das regulamentações fiscais e trabalhistas de um país.

Assim, a informalidade está associada a níveis mais baixos de produtividade e rendimento; além disso, as taxas de informalidade também variam significativamente entre países, por rendimento e pela atividade profissional dentro dos países, afetando mais os trabalhadores pobres e de rendimento médio-baixo.

Neste sentido, o gráfico 3, abaixo mostra os números a sobre essa temática

Gráfico 3 - Informalidade entre trabalhadores

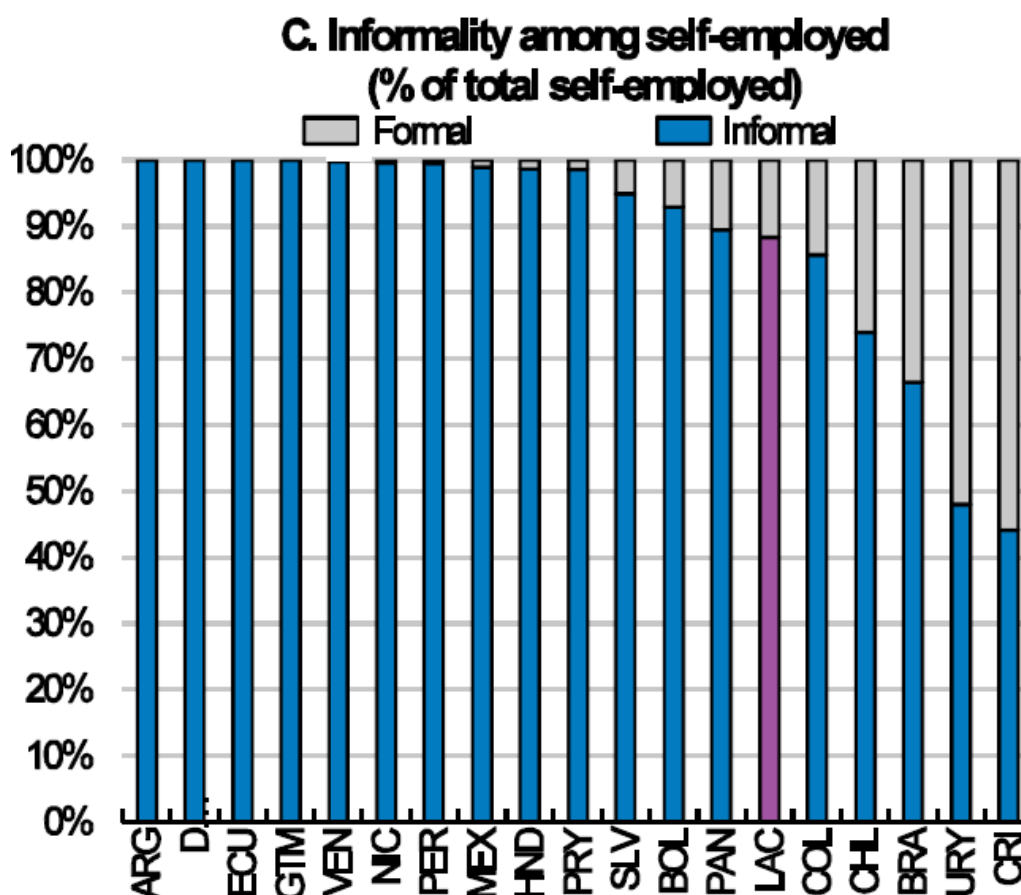


Fonte: OECD/ECLAC/CIAT/IDB (2016), Revenue Statistics in Latin America and the Caribbean 2016, OECD. Publishing, Paris.

A média da América Latina a respeito da informalidade está em 45% dos trabalhadores, sendo Guatemala, Honduras, Paraguai, Bolívia, Nicarágua, México e Colômbia os maiores índices; Uruguai, Chile, Brasil, Panamá, Venezuela e Argentina são os menores índices.

No que diz respeito à ocupação média na América Latina, a categoria de maior proporção de informalidade está entre os autônomos: em torno de 88,3%, que representam 27,9% da população dos trabalhadores na região.

Gráfico 4 - Informalidade entre autônomos



Fonte: OECD/ECLAC/CIAT/IDB (2016), Revenue Statistics in Latin America and the Caribbean 2016, OECD. Publishing, Paris.

Entre autônomos, fica clara a problemática da informalidade: somente com Costa Rica e Uruguai com números perto de 50%, e o restante dos países da região com estatísticas muito elevadas.

A informalidade nos postos de trabalho é geralmente considerada indesejável

por várias razões, tanto para os trabalhadores quanto para a economia como um todo. Trabalhadores informais não têm acesso às proteções sociais e direitos trabalhistas básicos, como: seguro saúde, licença remunerada, aposentadoria e seguro-desemprego. Isso os deixa vulneráveis a algumas situações de risco: doenças, acidentes de trabalho ou desemprego, sem a rede de segurança proporcionada pela formalidade.

Além disso, muitas vezes os trabalhadores informais recebem salários mais baixos do que seus colegas formais na mesma função. A falta de regulamentação torna mais difícil para eles negociarem salários justos e condições de trabalho adequadas, o que acarreta instabilidade, visto que tais trabalhadores podem ser os primeiros a perder seus empregos ou a enfrentar reduções drásticas na renda, devido à falta de segurança contratual.

Isso resulta na negativamente na qualidade do trabalho e na produtividade, prejudicando a eficiência e a competitividade em diversos setores. Ademais, há o fato de que esse tipo de trabalho seja relacionado frequentemente com contribuição à evasão e sonegação fiscal e com o aumento da desigualdade.

Ao discutir sobre a educação e capacitação, o documento sugere investir na educação e no treinamento da força de trabalho, pois é considerado crucial para melhorar a produtividade e garantir que os indivíduos possam participar plenamente da economia em evolução. Infraestrutura e Conectividade também são mencionadas no documento, visando a melhoria da infraestrutura, incluindo transporte e tecnologia da informação, que é um fator-chave para aumentar a eficiência dos negócios e facilitar a participação em mercados globais.

A respeito da infraestrutura, o documento afirma que o investimento nessa área é a espinha dorsal da produtividade, já que apoia a prestação de serviços públicos eficazes serviços que afetam diretamente a vida da população e da economia. Com isso, infraestrutura de alta qualidade é fundamental para aumentar os níveis de produtividade e melhorar a inclusão social. Vários estudos econométricos da OCDE, do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, mostram que as despesas de investimento têm um efeito multiplicador significativo.

Segundo o documento, o FMI, em 2015, mostrou que um aumento imprevisto de 1 ponto percentual do PIB nos gastos de investimento do governo aumenta o nível de produção em cerca de 0,4 por cento no mesmo ano. Os investimentos em infraestruturas têm uma dimensão espacial importante: as necessidades de infraestrutura diferem entre regiões, dependendo da sua densidade; sobre a estrutura econômica e a distância da fronteira de produtividade, ao mesmo tempo, existe uma forte heterogeneidade no desempenho regional entre os países da OCDE, tanto entre regiões, como áreas urbanas, intermédias e rurais, além de regiões no mesmo país.

As diferenças nos níveis de produtividade entre as regiões dos países da OCDE variam enormemente e, muitas vezes, essas diferenças são muito maiores do que as existentes entre países. A heterogeneidade exige estratégias de investimento diferenciadas para adaptar o investimento às necessidades locais e a vantagens competitivas das regiões.

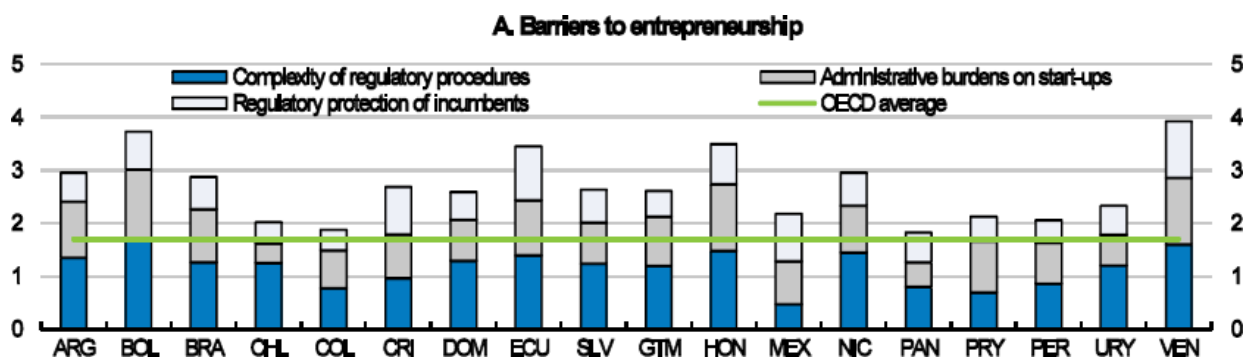
Por final, o relatório detalha que o investimento em infraestruturas físicas é importante para o desempenho regional, especialmente quando coordenado com outras políticas públicas complementares. As infraestruturas por si só têm pouco impacto no crescimento regional, a menos que as regiões sejam dotadas de níveis adequados de capital humano e inovação; quando realizado isoladamente, pode produzir resultados fracos e estar sujeito a retornos decrescentes.

O Ambiente de Negócios tem um papel importante, no documento é falado que políticas que promovam um ambiente de negócios favorável, incluindo regulamentações claras e simplificadas, proteção de direitos de propriedade intelectual e redução da burocracia, são destacadas como facilitadoras do crescimento econômico.

Nesse sentido, o documento destaca que tornar as regulamentações da América Latina mais propícias à concorrência pode ajudar a aumentar os níveis de produtividade em relação às economias mais avançadas. A concorrência, segundo o relatório, pode aumentar também a produção per capita, aumentando o investimento e o emprego, bem como incentivando as empresas a serem mais inovadoras e eficientes. Logo, haverá um aumento na produtividade.

O relatório também toca no assunto referente às regulamentações e seus efeitos restritivos na produtividade, no documento a OCDE declara que as regulamentações facilitam ou inibem a criação de novas empresas, o que é medido por um índice criado pela organização chamado de componente barreiras ao empreendedorismo, que capta a complexidade dos procedimentos regulatórios relacionados aos sistemas de licenças, autorizações e os encargos administrativos impostos às empresas como por exemplo, número de procedimentos e órgãos a serem contatados para registrar uma empresa e a proteção regulatória através de barreiras legais

Gráfico 5 - Barreiras ao empreendedorismo.

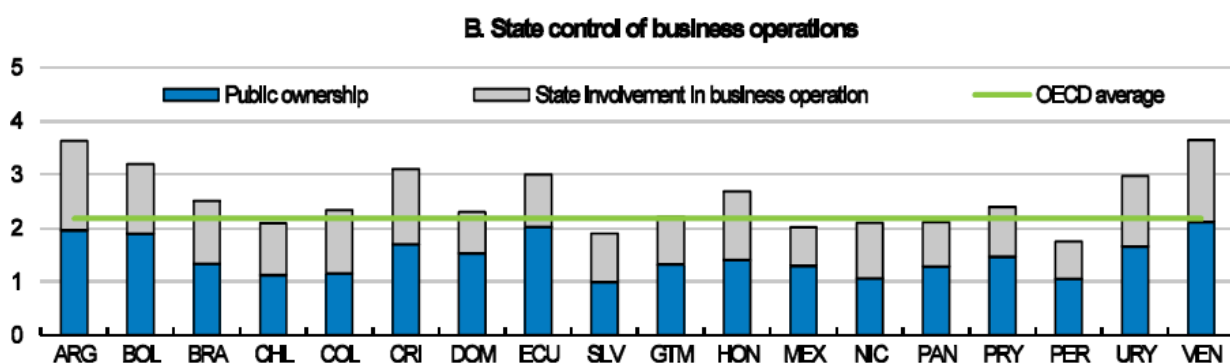


Fonte: *Boosting Productivity and Inclusive Growth in Latin America (2019)*.

Sendo 0 o menos restritivo e 5 o mais restritivo, o documento cita que a média dos países da OCDE em comparação com a região latino-americana é muito menor. Também, tal fato pode ser um sintoma da baixa produtividade na região, visto que a organização acredita que a falta de competitividade ou a competição desleal são responsáveis pelos baixos índices de produtividade e pelo número baixo de novas empresas criadas.

Outro índice citado pelo documento refere-se à avaliação do controle estatal das operações comerciais para tentar medir as distorções induzidas pelo Estado na neutralidade competitiva, criando barreiras de concorrência, como mostra o Gráfico abaixo:

Gráfico 6 - Controle estatal das operações comerciais

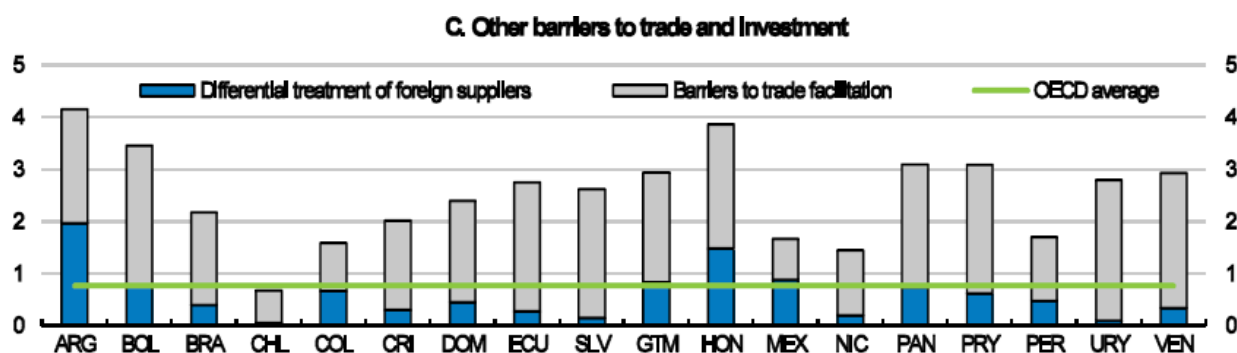


Fonte: *Boosting Productivity and Inclusive Growth in Latin America (2019)*.

A partir da análise do gráfico 6, a OCDE avalia que é necessária uma atuação mais branda, que induza as empresas públicas a operar numa base comercial que preserve as condições de concorrência equitativas e promova uma alocação mais eficiente de recursos de capital, além de trabalho provenientes do setor público.

Nessa mesma área, o documento analisa a abertura dos mercados nacionais aos produtos estrangeiros: declara-se que a abertura dos mercados nacionais aos produtos estrangeiros e fornecedores é essencial para a difusão dos ganhos de produtividade das empresas que operam de maneira mais avançada para empresas nacionais atrasadas. A partir disso, o documento mostra o gráfico que avalia barreiras ao comércio e aos investimentos:

Gráfico 7 - Barreiras para o comércio e investimento



Fonte: *Boosting Productivity and Inclusive Growth in Latin America (2019)*.

As barreiras impostas ao comércio são relativamente baixas no Chile e na Nicarágua; por outro lado, as barreiras são maiores na Argentina, na Bolívia e em Honduras. A OCDE, através do documento, acredita que a redução das barreiras ao comércio internacional contribuiria para uma maior produtividade porque a

concorrência com fornecedores estrangeiros encorajaria as empresas a tornarem-se mais eficientes. Influenciando em melhorias nas áreas de comércio, desempenho logístico e na qualidade da infraestrutura, que tende a ser menor na América Latina América do que nos concorrentes. Além disso contribuiria na integração nas Cadeias de Valor Global, tendo como consequências o fortalecimento da propriedade intelectual, proteção e criação de um setor de serviços eficiente e de um ambiente empresarial favorável à inovação.

Ao tratar de Empreendedorismo, é mencionado no documento a fomentação do espírito empreendedor e apoio a pequenas e médias empresas (PMEs) que podem impulsionar a criação de empregos e a diversificação econômica. No relatório fica explícito para a OCDE que as pequenas e médias empresas desempenham um papel central na criação de emprego e na promoção do crescimento e inovação, implicando no crescimento, também na produtividade.

Ainda sobre esse assunto, no relatório é mencionado o dinamismo empresarial, processo no qual ocorre o nascimento, crescimento, declínio e saída do negócio, como um componente crítico de realocação de recursos de empresas menos produtivas para empresas mais produtivas.

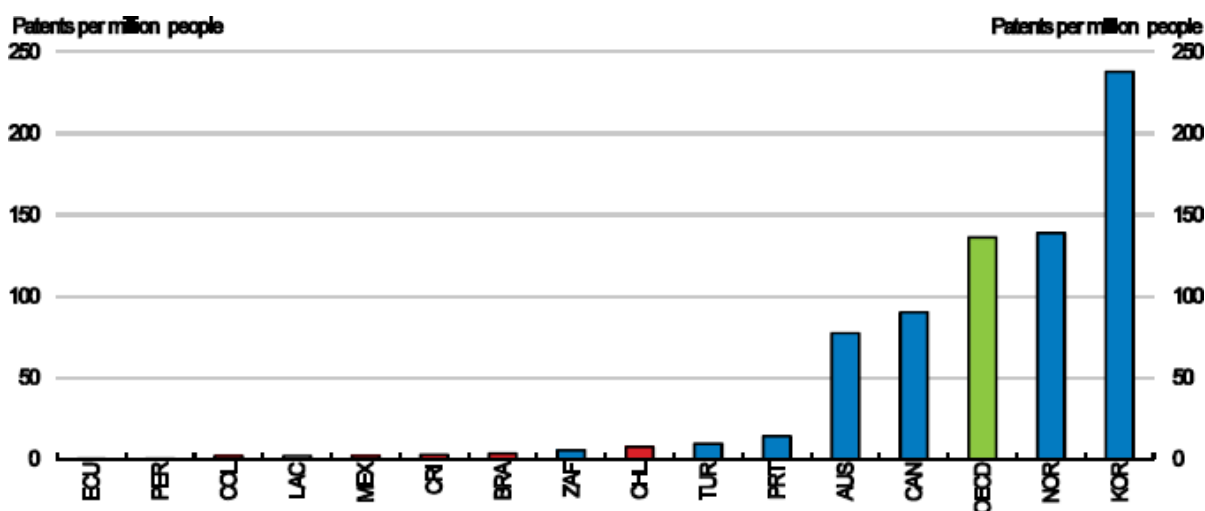
A partir da leitura do documento, é perceptível a relação entre inovação e produtividade, pois para a organização a inovação é um motor essencial do crescimento da produtividade. Inovação não está sempre ligado à mudança tecnológica: as estratégias de inovação no nível da empresarial combinam frequentemente diferentes tipos de inovação, incluindo novos métodos de marketing juntamente com produtos ou processos novos.

Para gerar ainda mais ganhos de produtividade, os investimentos em tecnologia precisam ser complementados pelo investimento em capital humano e outras formas de capital baseado no conhecimento, como software e capital organizacional. Isso requer uma combinação de incentivos políticos relacionados não apenas com política de inovação, mas também definições políticas mais gerais relacionadas à concorrência, o comércio e etc.

Nos últimos anos, muitas economias da América Latina registraram um atraso no crescimento da produtividade; isso, em parte, pode ser atribuído a níveis mais baixos de investimento em capital baseado em conhecimento na América Latina em comparação com os países da OCDE. A porcentagem de trabalhadores que são pesquisadores é muito baixa em relação às economias da OCDE. Além disso, o Brasil é o único país latino-americano que gasta mais de 1% do PIB em pesquisa, segundo dados do mesmo relatório, com cerca de metade desse valor proveniente do setor empresarial.

O baixo investimento em pesquisa e o número baixo de pesquisadores no mercado de trabalho estão refletidas no número baixo de patentes registradas na região, visto que sem investimento em pesquisa o incentivo a inovação é prejudicado, como mostra o gráfico abaixo:

Gráfico 8 - Registro de patentes por milhão de habitantes



Fonte: *Boosting Productivity and Inclusive Growth in Latin America (2019)*.

A diferença entre a região latino-americana e os países que mais registram patente é imensa e reflete a lacuna existente na área de inovação. Logo, o Brasil é o país que mais registra patentes na região, porém muito distante da maioria.

A criação de um mecanismo forte e eficiente para a criação e difusão de conhecimento que se envolva na sistemática busca de conhecimentos fundamentais é essencial para garantir que a fronteira do conhecimento continue se expandir. Isso requer universidades e institutos de pesquisa fortes e bem geridos, assim como

mecanismos que apoiam e facilitam a integração entre as instituições de ensino e conhecimento e o resto da economia.

Mais adiante, o relatório declara que é provável que estas políticas de inovação tenham um impacto limitado, a menos que simultaneamente seja fortalecida a concorrência de mercado na América Latina. Para a OCDE, a concorrência de mercado e a abertura internacional são essenciais para pressionar os empreendedores a alocar seus talentos e recursos de investimentos para atualizar continuamente os produtos e processos; também, para permitir que as empresas aprendam com a evolução da fronteira tecnológica global e comercializar esse aprendizado em mercados maiores.

Ao induzir o debate acerca da produtividade na região, o documento cita a relação entre a produtividade e o núcleo familiar, afirmando que o setor empresarial pode ser um parceiro estratégico na busca da produtividade inclusiva. Nisto, há a capacidade de ter um impacto profundo no bem-estar dos trabalhadores, juntamente com uma melhoria no desempenho das empresas.

Na visão da OCDE, relatada no documento em questão, o setor empresarial desempenha um papel na definição da vida quotidiana das famílias trabalhadoras. Habilitando um ambiente familiar equilibrado entre vida pessoal e profissional, é importante para as empresas que procuram trabalhadores qualificados e produtivos; tal equilíbrio e diversidade entre vida pessoal e profissional é relevante, especificamente para pais que trabalham e que cuidam de crianças pequenas ou dependentes financeiramente deles. Os governos e os empregadores podem trabalhar em conjunto para resolver o problema, incentivando práticas flexíveis e organização de estruturas de acolhimento de crianças.

O documento expõe que, para as mulheres, em específico, conciliar as responsabilidades familiares e as atribuições profissionais pode ser particularmente difícil, sobretudo em países onde realizam mais horas de trabalho não remunerado em casa do que os homens. O documento alega que a utilização mais equitativa em termos de gênero dos direitos à licença parental, alargando a duração da licença em específico para pai, pode nivelar o campo de jogo, reduzir o papel tradicional das mulheres como cuidadoras e aumentar a jornada de trabalho das mulheres.

Em determinado momento no relatório, as cadeias globais de valor são

mencionadas, e a respeito delas a OCDE afirma-se que a produção global está cada vez mais fragmentada em diversas atividades espalhadas pelas fronteiras dos países. O acesso aos mercados globais, aos insumos e ao conhecimento através das cadeias globais de valor apresenta novas oportunidades para beneficiar das repercussões do conhecimento e do crescimento da produtividade.

Ao observar a região latino-americana, a OCDE através do documento, relata que muitas economias latino-americanas não estão bem integradas nas cadeias de valor globais e as cadeias de valor regionais também não são altamente desenvolvidas, sugerindo que esses países podem estar perdendo muitas oportunidades. Nesse sentido, o documento sugere que um conjunto de políticas são necessárias para enfrentar as barreiras e aproveitar os benefícios da integração, incluindo harmonização da política comercial e dos padrões dos produtos, abordando as barreiras à concorrência, além de empreendedorismo, também promoção do investimento em capital humano.

Ainda sobre esse assunto, as CVG transformaram a economia mundial e são simultaneamente um motor e um reflexo da mudança estrutural, com várias partes do processo de produção, desde o design até a distribuição, cada vez mais fragmentadas entre fronteiras. A partir dessa dinâmica, vários novos caminhos estão disponíveis para as repercussões e compartilhamento de conhecimento, com o crescimento da produtividade.

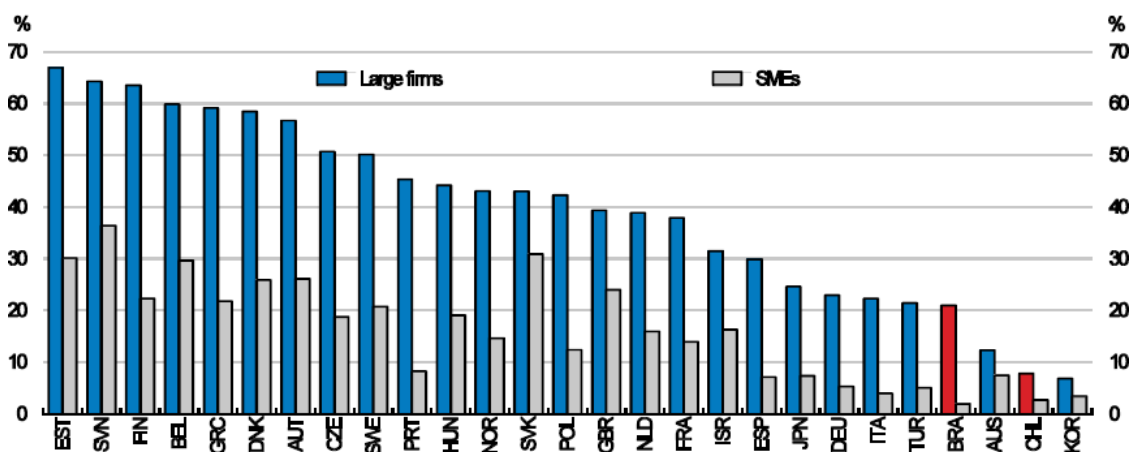
Na visão da OCDE, as empresas da região podem ingressar na rede global de produção especializando-se em atividades específicas, se concentrando nas tarefas principais nas quais são mais eficientes. O acesso aos mercados globais incentiva a realização de economias de escala pelos investimentos produtivos e permite a importação de novas variedades de insumos mais baratos, de maior qualidade ou de maior tecnologia. A presença de multinacionais também proporciona a empresas uma oportunidade de aprender com a concorrência e podem até compartilhar diretamente conhecimento, tecnologia e novas práticas com seus fornecedores.

A partir desses efeitos, empresas latino-americanas parecem estar perdendo oportunidades de difusão de conhecimento e ganhos de produtividade, pois o acesso e a difusão de tecnologias avançadas através de tecnologias estrangeiras são um dos mecanismos pelos quais as cadeias de valor global podem obter ganhos de produtividade. Isso explica o fato de as multinacionais que impulsionam as CVG também são responsáveis pela maior parte da inovação no mundo.

Dimensionando esse problema, o documento mostra em um gráfico a propensão muito baixa para inovar das empresas por meio de colaborações internacionais:

Gráfico 9 - Porcentagem das empresas engajadas em colaboração internacional pela inovação, por tamanho de empresa de 2010 a 2012

Figure 28. Firms engaged in international collaboration for innovation, by firm size, 2010-12



Fonte: *Boosting Productivity and Inclusive Growth in Latin America (2019)*

A partir dessas estatísticas, fica evidente a diferença entre a região latino-americana e o resto do mundo. No ranking, o Brasil está com somente Brasil 21% das grandes empresas e Chile com menos de 10% destas engajadas na cooperação internacional pela inovação.

Notadamente, há no documento uma valorização do setor privado e dos meios privados de produção, bem como um olhar positivo sobre a austeridade. Apesar do documento ser capaz de identificar problemas factuais na região, o relatório recorre a medidas que nos fazem lembrar momentos anteriores da história da região que não foram sinônimos de bonança e altos índices de desenvolvimento. No capítulo quatro, será analisada com mais detalhes os meandros dos eixos do programa regional.

3.2.2 – Eixo da Governança

O Programa Regional da OCDE para a América Latina fornece aos formuladores de políticas públicas da região ferramentas para construir governos mais transparentes e acessíveis. Essas ferramentas visam reforçar a eficiência e a eficácia das políticas e criar confiança entre o governo e os cidadãos. Embora existam desafios significativos de governança, a OCDE oferece aos principais interessados em matéria de integridade pública da região uma plataforma para trocar ideias e experiências, também encontrar soluções para desafios comuns.

O aumento da produtividade, o reforço da inclusão social e o fortalecimento das instituições são as principais prioridades dos países da América Latina e constituem, sendo assim, os três pilares do Programa Regional d OCDE para a América Latina. Uma boa governança pública e uma forte cultura de integridade são indispensáveis para alcançar estes três objetivos. Os casos de corrupção mais recentes e o crescente descontentamento dos cidadãos são uma oportunidade para os decisores políticos promoverem uma cultura de integridade e implementarem estratégias nacionais de integridade e anticorrupção.

O relatório *“Integrity for Good Governance in Latin America and the Caribbean: From Commitments to Action”*, de 2018, se baseia no recente “Compromisso de Lima”, que foi dedicado à “Governança Democrática contra a Corrupção” e assinado por 34 países na Cúpula das Américas realizada em Lima em 2018. Fornece orientação estratégica aos decisores políticos para transformar compromissos políticos em ações concretas que produzam resultados à altura das expectativas dos seus cidadãos.

Nesse mesmo encontro foi firmado um plano de ação, com o auxílio da OCDE, que visa apoiar os países da América Latina e do Caribe na concepção e implementação de estratégias nacionais de Integridade e Anticorrupção que transformem em ações concretas o “Compromisso de Lima”, endossado na Cúpula das Américas, bem como como tratados internacionais anticorrupção. O Plano de Ação inclui uma série de ações políticas destinadas a melhorar significativamente os quadros gerais de integridade e governança na região, especialmente se forem realizadas simultaneamente nas dez áreas políticas que o abrange.

O Plano de Ação, assim como o relatório *“Integrity for Good Governance in Latin America and the Caribbean: From Commitments to Action”*, de 2018, visa

incentivar ações tangíveis, ao envolver uma série de parceiros, países membro da OCDE, a região da América Latina e a comunidade internacional em geral. A intenção é promover um esforço coordenado para aumentar a confiança nas instituições públicas em toda a região, aumentar a responsabilização dos Estados perante seus cidadãos e estabelecer uma cultura de integridade nos setores público e privado, além da sociedade como um todo.

A respeito dos processos eleitorais, o plano de ação e o relatório indicam a tornar obrigatória a publicação de relatórios de campanha política, estabelecendo limites de gastos de campanha e proibindo explicitamente a compra de votos como forma de garantia de integridade e confiança, assim como exigir a utilização de contas bancárias para todas as contribuições privadas, proibir as contribuições em dinheiro para contrariar a informalidade, também evitar violações da regulamentação. Além disso, indicam avaliar as funções e recursos dos órgãos de gestão eleitoral para garantir a sua independência e eficácia.

Outras medidas são recomendadas, como: garantir a publicação no prazo delimitado dos relatórios dos partidos políticos e dos candidatos em formatos facilmente acessíveis e utilizáveis para permitir o fácil acesso dos cidadãos. Também, a promoção de procedimentos democráticos de seleção de candidatos dentro dos partidos políticos, por exemplo através de primárias abertas ou fechadas.

A respeito da atividade lobista a OCDE através do plano de ação e do relatório identificam que essa atividade precisa ser melhor averiguada e examinada de forma pública e extensa como forma de garantir e deixar claro as ações e objetivos dos grupos lobistas, a partir disso a OCDE declara que avaliara definição de lobistas e lobby para garantir que a legislação seja robusta e abrangente para que assim sejam evitadas interpretações erradas acerca da atividade, a divulgação de informações sobre atividades de lobby, incluindo quem são os lobistas, em nome de quem atuam, a quem exercem lobby, as questões envolvidas e o resultado pretendido, desta forma impedindo que interesses escusos sejam mantidos em segredo.

O reforço à aplicação dos regulamentos sobre lobby e dos códigos de conduta existentes para lobistas, para tornar essa atividade menos marginalizada. Ademais, aplicar sanções tanto a funcionários públicos como a lobistas por má conduta, assim como realizar uma avaliação periódica dos custos e benefícios para os governos e lobistas. O levantamento de dados é fundamental, nesse sentido, para garantir que o quadro de lobbying cumpra o objetivo pretendido. Por fim, é preciso aumentar a

conscientização sobre a regulamentação do lobby no setor público, no setor privado e na sociedade como um todo, a fim de combater a percepção negativa das atividades de lobby e promover a transparência nas atividades dessa área.

Outro ponto que o documento *“Integrity for Good Governance in Latin America and the Caribbean: From Commitments to Action”* aborda se refere a melhorar a eficiência, a eficácia e a abertura da administração pública com base em alguns pontos: a simplificação administrativa, que consiste em reduzir a carga administrativa para os cidadãos e para o setor privado, identificando e visando sistematicamente as áreas mais onerosas, identificando, por exemplo, através de inquéritos. Além disso, há a utilização de metas quantitativas de redução de encargos para aumentar a eficácia da simplificação e promover a responsabilização, com o aumento da credibilidade dos funcionários da administração pública.

Ainda sobre esse assunto, a organização incentiva um governo mais aberto e digital através da promoção, sempre que possível, do desenvolvimento de sistemas de tecnologia da informação, da adoção de políticas e melhores práticas para garantir que todos os dados governamentais sejam abertos por padrão. Nisto, com vista a publicar proativamente informações do setor público, sem necessidade de manifestação da sociedade para tal. Ademais, há o incentivo de promover, em particular, o acesso, a partilha e a reutilização de dados governamentais abertos para conceber estratégias nacionais de abertura que abranjam iniciativas em todos os ramos das administrações central e subnacionais, com referência explícita à agenda de integridade promovida pela OCDE.

Outra recomendação feita pela organização é a respeito do reforço ao controle de gerenciamento de riscos e a auditoria interna e externa no combate à corrupção. O relatório indica a facilitação à denúncia interna e externa às autoridades competentes como um dos métodos recomendados, sem receio de represálias e por quadros eficazes de proteção dos denunciantes, assegurando o acompanhamento e promovendo uma cultura de abertura dentro do setor público.

Posteriormente, ao mencionar os órgãos de supervisão autônomos e independentes, a organização indica uma série de medidas para o auxílio ao combate à corrupção, como: garantir por meio de legislação que as entidades de auditoria externa e interna funcionem independentemente do executivo e do legislativo, também que tenham independência na gestão de recursos, na definição do seu programa de trabalho e na condução e acompanhamento de auditorias; intensificar as atividades de

formação para profissionalizar a auditoria pública; melhorar o alcance e as estratégias de comunicação das entidades de auditoria para melhorar a relevância e o impacto do seu trabalho entre as principais partes interessadas, incluindo os auditados, o órgão legislativo e os cidadãos; desenvolver políticas e práticas que permitam aos organismos de auditoria externa e interna acompanhar as recomendações e os resultados dos relatórios de auditoria, incluindo ações específicas tomadas pelos governos para reforçar os sistemas de integridade.

Ademais, a OCDE indica também identificar oportunidades de cooperação transnacional entre entidades de auditoria, incluindo auditorias conjuntas, como auditorias de entidades governamentais responsáveis pelas alfândegas e passagens de fronteira. Nisto, para garantir uma abordagem holística e coordenada para abordar áreas de alto risco para atividades ilícitas.

Ainda sobre o assunto da corrupção no relatório, fica evidente a clara preocupação da OCDE com essa atividade na América Latina, e, portanto, é onde o maior número de medidas contra essa prática é indicada. A partir desse fato, a organização recomenda aumentar a confiança no sistema judicial por mecanismos de aplicação eficazes, na busca de melhorar a aplicação da lei de forma independente e autônoma.

Para atingir tal objetivo, é necessário rever as leis existentes que regem a nomeação, o mandato, a demissão e a disciplina dos procuradores e juízes, para garantir que a investigação e a ação penal contra crimes de corrupção não estejam sujeitas a influências indevidas. Considerar a revisão dos modelos de resolução pré-julgamento ou de casos de corrupção, observando a necessidade de esses casos terem um quadro jurídico rigoroso, claro e público que permita a aplicação de sanções eficazes, proporcionais e dissuasivas e respeite as necessárias regras de coerência, previsibilidade, transparência e fiscalização jurisdicional que são essenciais neste tipo de procedimento. Além disso, também deve-se fornecer recursos adequados para permitir investigação e acusação eficazes de casos de suborno.

Analisando o outro lado da corrupção, dessa vez pelo setor privado, o documento indica o reforço dos regimes de responsabilidade corporativa para conseguir legislar e responsabilizar legalmente as empresas por atos de corrupção, mesmo na ausência de processo ou condenação do indivíduo cujos atos desencadearam tal atividade ilícita. Por conseguinte, o documento também indica que se deve garantir uma base jurisdicional suficientemente ampla para impor

responsabilidades contra essas empresas e permitir a imposição de sanções eficazes, proporcionais e dissuasivas às empresas que praticam corrupção, incluindo sanções monetárias e confisco de produtos ou propriedades ilícitas.

A respeito da prevenção da corrupção em contratos públicos, a forma de ação da organização explicada no relatório sugere um controle restrito, auditoria e colaboração entre os órgãos fiscalizadores, a garantia que os funcionários da contratação pública sejam profissionais, recrutados com base no mérito e formados em ética pública e gestão de conflitos de interesses, com exemplos próximos da sua realidade quotidiana. Além disso, sugere-se estabelecer protocolos para prevenir fraudes em licitações e detectar conluio em compras públicas e rever a legislação nacional sobre contratos públicos para garantir que as licitações sejam concebidas da forma mais eficaz para facilitar resultados competitivos.

A OCDE considera importante promover a boa governança corporativa e integridade nas empresas estatais como fortalecimento no combate à corrupção e valorização da integridade. Para atingir tal objetivo, sugere-se: o estabelecimento de acordos de propriedade e aquisição que conduzam à integridade, por exemplo, separando claramente o título de propriedade de outras funções governamentais; garantir que as expectativas do Estado como proprietário de uma empresa sejam claramente definidas. Ainda, é preciso salvaguardar a autonomia das empresas públicas e dos seus órgãos de tomada de decisão, garantindo que as empresas públicas sejam supervisionadas por conselhos de administração eficazes e competentes, bem como pela gestão executiva, que são nomeados com base na devida diligência da sua integridade e qualificações profissionais, com poderes para supervisionar a gestão e as operações das empresas.

Como método de prevenção a casos de corrupção, o documento faz a sugestão de uma promoção de uma responsabilidade partilhada com o setor privado na criação de uma cultura de integridade através dos seguintes pontos: trabalhar com o setor privado, incluindo associações empresariais e pequenas médias empresas, para identificar incentivos concretos e viáveis que ajudem a facilitar a integridade nas empresas, sem criar distorções de mercado. Outro ponto é o incentivo de sistemas de conformidade eficazes para transformar a conduta empresarial responsável numa vantagem competitiva; fornecer orientação ao setor privado sobre como traduzir políticas de integridade pública, tais como financiamento político, lobby e regulamentos pós-emprego público, em políticas e práticas empresariais.

3.2.3 - Eixo Da Inclusão Social

No eixo da inclusão social, o principal relatório que norteia as ideias presentes nessa área do programa refere-se ao documento *Enhancing Social Inclusion in Latin America: key issues and the role of social protections systems*, de 2019.

A primeira reunião Ministerial sobre inclusão social foi realizada em Assunção, Paraguai, em 16 de novembro de 2017, onde teve como foco o objetivo de construir sistemas de proteção social mais inclusivos e na forma como estes podem ser adaptados e reformados para promover empregos formais e consolidar a crescente classe média da região.

No início do documento de 2019, a organização declara que embora a pobreza e a desigualdade de renda tenham diminuído na maioria dos países da América Latina nas últimas duas décadas, a região continua a ser uma das mais desiguais do mundo e quase um quarto da sua população continua a viver abaixo do limiar da pobreza.

Nesse sentido, a OCDE analisa que a inclusão na América Latina está inacabada, pois persiste os registros de elevados níveis de pobreza, persistente desigualdade e informalidade generalizada ao longo do ciclo de vida das pessoas e transmitida por gerações. Com efeito, certos grupos sociodemográficos são especialmente deixados para trás, como é o caso de mulheres, jovens e populações pobres, muitas vezes indígenas, que vivem em áreas remotas ou periferias metropolitanas.

Ao analisar as ferramentas de alívio da pobreza, o relatório indica que os programas de transferência de renda são importantes auxílios às camadas mais necessitadas. No entanto, o sistema social como um todo ainda carece de políticas públicas mais robustas e completas que permitam com que os seus beneficiários superem os benefícios sociais ofertados, também que possam viver dignamente com o fruto do seu trabalho.

Outro ponto-chave presente no relatório faz menção ao eixo da produtividade, no qual menciona o incentivo ao aumento de produção através do dinamismo empresarial, fomento à inovação e uma maior concorrência em um ambiente de negócios sólido. Isso poderá implicar no futuro a diminuição do emprego informal, diminuição do desemprego e o aumento de renda.

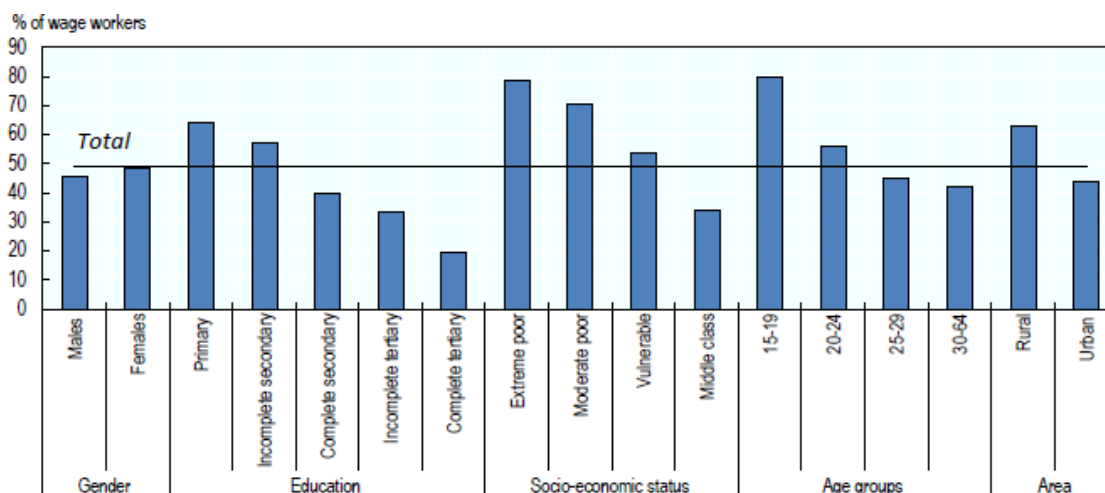
A OCDE utiliza o termo “crescimento inclusivo” para designar políticas

abrangentes, capazes de fazer com que a população vulnerável supere a pobreza e em longo prazo se estabilize fora dela. Para atingir tal objetivo, o documento cita a necessidade de uma estratégia abrangente de crescimento para criar espaço extra dentro do orçamento dos governos, necessário para tornar esses gastos crescentes em seguridade social, acessíveis a longo prazo. Portanto, o foco no combate à informalidade e no alargamento da base tributária será peça-chave para apoiar as políticas gerais para impulsionar o crescimento inclusivo.

Outro fator importante mencionado pelo relatório trata-se do combate à pobreza entre os idosos, ligada totalmente ao sistema previdenciário. Nisto, busca-se permitir com que os idosos em geral recebam uma aposentadoria digna, que seja capaz de permiti-los manter o seu custo de vida.

O combate à informalidade é citado diversas vezes pelo relatório por ser um ponto central dentro das discussões do eixo social. Com isso, a OCDE considera preponderante o acesso a uma proteção social de qualidade para trabalhadores atípicos, que resultam do número crescente de trabalhadores que labutam apenas ocasionalmente e/ou têm múltiplos empregos e fontes de renda, sem horário de trabalho definido, salário-mínimo e/ou aposentadoria garantida.

Gráfico 09 - Taxas de informalidade na América Latina por características em 2014.



Fonte: *Enhancing Social Inclusion in Latin America: key issues and the role of social protections systems (2019).*

A partir das informações do gráfico acima, entendemos que a informalidade afeta principalmente mulheres que possuem somente a educação primária, das camadas mais pobres, entre 15 e 19 anos, sobretudo habitantes de áreas rurais. Ao longo da leitura do relatório, a OCDE indica que é necessário criar mecanismos de proteção social que visam impactar pessoais pertencentes a esse grupo, evitando um

desamparo e suavizando o impacto negativo da informalidade sobre esses grupos.

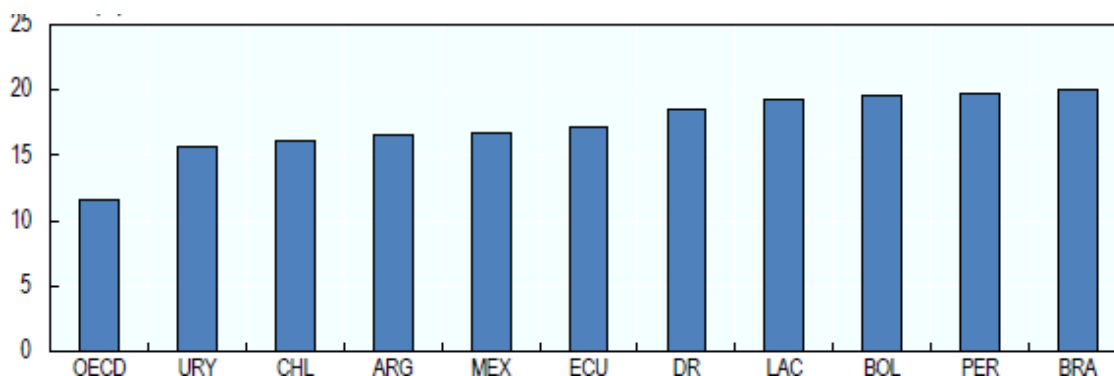
Como forma de contornar tal problema, o relatório discute o custo de formalização das ocupações informais, citando: o fomento ao empreendedorismo e o estímulo ao aumento de produtividade, realizando uma ponte com o eixo da produtividade mencionado anteriormente, podem ser capazes de fomentar a criação de postos de trabalho formais, assim como encorajar a formalização dos empregos informais.

Dentro dos grupos os quais a OCDE identifica que são pouco integrados dentro do sistema de proteção social está as mulheres. De acordo com o relatório, As mulheres na América Latina enfrentam barreiras persistentes à participação plena e igualitária na sociedade e na economia, incluindo a desigualdade nos compromissos de cuidados não remunerados e os estereótipos de gênero enraizados na sociedade.

Há poucas políticas públicas que buscam criar condições de concorrência equitativas que deveriam se comprometer-se a reforçar os apoios à educação e ao acolhimento na primeira infância, aumentando a licença dos pais quando os filhos nascem, e através de uma variedade de medidas, mudar as normas em torno da distribuição baseada no gênero do trabalho remunerado e não remunerado.

O relatório mais adiante, ao analisar o período entre 2000 e 2015, declara que muitos latino-americanos conseguiram escapar da pobreza, mas não conseguiram ascender o suficiente para atingir a classe média. De acordo com dados do Banco Mundial apresentados no relatório, cerca de 80 milhões de latino-americanos escaparam da pobreza durante 2000 e 2015 e quatro em cada dez deles estão logo acima da linha de pobreza e correm o risco de cair na pobreza devido a diversas vulnerabilidades.

Ao comparar os dados de pobreza média entre aos países da OCDE e América Latina, é perceptível a diferença entre os dois, tendo a OCDE uma média de 12% e o país latino-americano mais próximo sendo o Uruguai com mais de 15%, como se vê no gráfico abaixo:

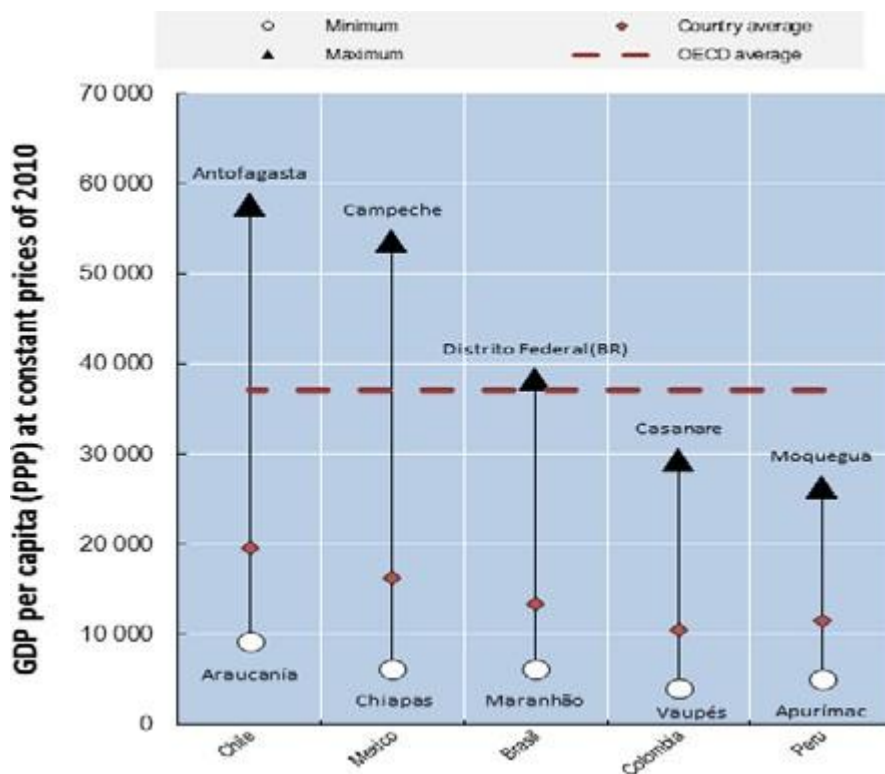
Gráfico 10 - Pobreza relativa em 2014

Fonte: *Enhancing Social Inclusion in Latin America: key issues and the role of social protections systems (2019)*.

Devido à conjuntura político-econômica internacional, a pobreza na região da América Latina aumentou muito em conta da pandemia de Corona Vírus e de eventuais vulnerabilidades externas.

Outro ponto pertinente no relatório refere-se à diferença de PIB per capita nas regiões de diferentes países da América Latina. Isso se evidencia na diferença de desenvolvimento social em um mesmo país, tendo as regiões mais ricas com níveis de rendimento entre 6 e quase 9 vezes superiores aos da região mais pobre, como é mostrado a seguir:

Gráfico 11 - Disparidades regionais em PIB per capita em 2010.



Fonte: *Enhancing Social Inclusion in Latin America: key issues and the role of social protections systems (2019).*

A maior disparidade regional é encontrada no México, onde o PIB per capita de Campeche representa cerca de 9 vezes o PIB per capita de Chiapas. Somente as regiões do Distrito Federal no Brasil, Antofagasta no Chile e Campeche no México apresentam níveis de PIB per capita mais elevados do que a média a OCDE em enquanto todas as regiões da Colômbia estão abaixo desse número.

Além disso, as desigualdades entre grupos populacionais também tendem a ter um padrão geográfico claro na América Latina. Um dos grupos populacionais mais vulneráveis da região são os povos indígenas. Eles são estimados, segundo a OCDE, em 8,7% da população do Chile; 2,5% da população da Costa Rica; 0,5% da população do Brasil; 12,4% da população do México; 4% da população do Peru e 3,4% da população da Colômbia.

Os povos indígenas geralmente se beneficiaram menos com a década demais de forte crescimento em muitos países da região. Em todos os países da América Latina, os indígenas são as pessoas que geralmente enfrentam níveis mais elevados de pobreza e desvantagem socioeconômica. Por exemplo, no Peru, quase metade dos indivíduos afetados por pobreza vive em áreas rurais, e perto de metade deste grupo social, vive nos Andes, que tem a maior proporção de povos indígenas de

qualquer área do país.

Ao citar os possíveis fatores estruturais para o problema da desigualdade, a OCDE através do relatório, indica que o aumento dos níveis de mobilidade de capitais exacerbou a dificuldade que os governos enfrentam em tributar tais rendimentos desses capitais móveis, reduzindo a progressividade dos sistemas fiscais e contribuiu para o aumento das desigualdades. Além disso, o relatório mostra que a financeirização tenha aumentado ainda mais a desigualdade de renda, na mesma medida em que alimentou oportunidades de investimento principalmente para pessoas altamente qualificadas e de alta renda, o que não ocorreu nas camadas mais vulneráveis da sociedade.

Ao introduzir o debate sobre os impostos como ação direta na diminuição da desigualdade, o documento argumenta: uma política fiscal é uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento, pois, segundo a OCDE, quase todos os países beneficiariam de uma reforma tributária. As mudanças na combinação fiscal e as reformas fiscais mais amplas devem centrar-se, de acordo com o relatório, no fortalecimento de incentivos ao empreendedorismo, à inovação e à produtividade, prestando, ao mesmo tempo, atenção especial no aumento do impacto dos impostos na redução da desigualdade de renda.

Ademais, o relatório declara que os países da América Latina devem se esforçar-se por alcançar uma política tributária mais equilibrada que melhore o clima empresarial, evitando elevada tributação sobre as empresas da economia formal; deve, também, manter o foco em uma reforma tributária para melhorar a mobilização de recursos que deve reconhecer os grandes segmentos da economia informal vivida pela maioria dos países da América Latina. Neste sentido, o sistema fiscal pode desempenhar um papel útil para incentivar as empresas a se formalizarem.

Os sistemas fiscais da região devem ser capazes de mobilizar recursos internos suficientes para proporcionar uma combinação adequada de bens e serviços públicos que possam garantir a inclusão social. Embora as receitas públicas como percentagem do PIB estejam próximas dos níveis da OCDE na Argentina e no Brasil, em outras partes da região as receitas fiscais são relativamente baixas e persistem variações importantes entre os países.

O documento, ao analisar as estruturas fiscais na América Latina, identifica que a região é mais dependente de impostos indiretos do que de impostos diretos, como

os impostos sobre a renda. Tal estrutura reflete a relativa facilidade de tributar o consumo em relação ao rendimento num contexto de elevada informalidade, evidenciando a baixa progressividade do sistema como um todo.

Em 2014, de acordo com o relatório, os impostos sobre o rendimento e os lucros representaram 28,1% das receitas fiscais, em média, nos países da América Latina e as contribuições para a segurança social representaram 16,8%. Nos países da OCDE, os valores correspondentes foram 33,7% e 26,2% do total das receitas fiscais, respectivamente. Por outro lado, os impostos sobre o consumo representaram 47,2% das receitas fiscais nos países da América Latina em 2014, em comparação com 30,3% nos países da OCDE.

A informalidade predominante e os elevados níveis de rendas que são isentos dificultam a cobrança de impostos sobre os salários, a carga fiscal sobre o rendimento do trabalho na América Latina de 21,7% dos custos totais do trabalho; segundo o documento, é consideravelmente inferior à média das economias da OCDE de 35,9%. As taxas médias das contribuições pessoais obrigatórias para a segurança social são semelhantes às dos países da OCDE de 22,6% e 21,3% na América Latina.

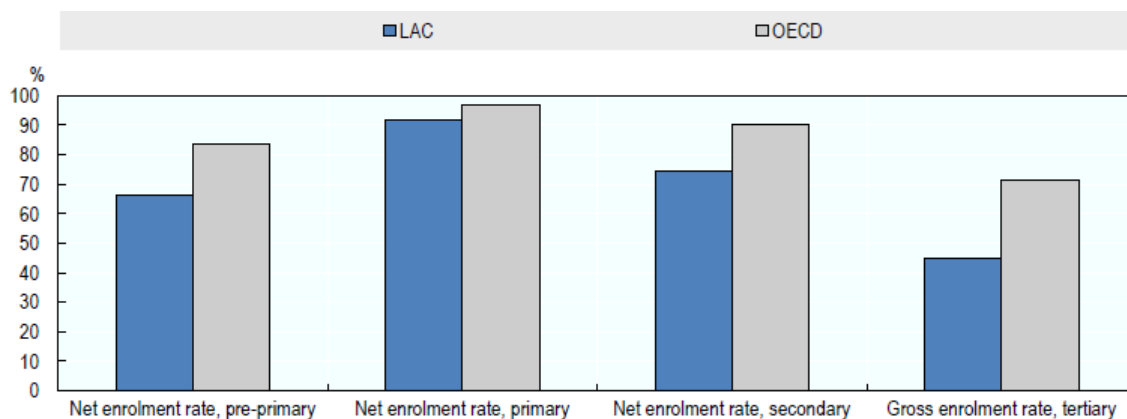
Em contraste, a principal diferença entre as economias da região e da OCDE é o imposto sobre a renda. Para um assalariado de alta renda, o imposto sobre o seu rendimento tem pouca incidência sobre seus ganhos (0,3%); consideravelmente inferior à do caso das economias da OCDE (13,3%), devido aos elevados níveis de rendimentos isentos e às generosas reduções padrão que corroem a base do imposto sobre o rendimento. Como consequência, há a capacidade de obter receitas provenientes dos salários.

A desigualdade de gênero também é discutida no relatório, que debate sobre as lacunas importantes no desenvolvimento das mulheres ao longo da vida. Por exemplo, as disparidades de gênero na força de trabalho persistem obstinadamente e tornam-se evidentes nas taxas mais baixas de participação feminina na força de trabalho, emprego de menor qualidade e rendimentos inferiores, juntamente com taxas mais elevadas de trabalho não remunerado. As disparidades salariais agravam-se com a criação dos filhos, uma vez que as mulheres gastam entre duas a cinco vezes mais tempo em cuidados não remunerados do que os homens em toda a região.

Ao decorrer do documento, a OCDE analisa o campo da educação dentro da América Latina, e entende que a região avançou em algumas pautas ao longo dos anos.

Isso evidencia que o investimento público total na educação aumentou consideravelmente nos últimos anos e agora representa cerca de 5% do PIB, contra a média de 5,6% dos países da OCDE em 2012.

Gráfico 12 - Comparação de taxas de matrícula por nível de escolaridade entre América Latina e OCDE em 2014.



Fonte: *Enhancing Social Inclusion in Latin America: key issues and the role of social protections systems (2019).*

Os avanços mencionados referem-se em parte ao aumento no número de matrículas realizadas em média na região, e se nota que ainda existem lacunas a serem preenchidas, principalmente nas matrículas no nível mais alto de escolaridade. Na avaliação da OCDE, alguns desafios persistem, como da educação: há o aumento da cobertura da educação pré-escolar e na redução do abandono escolar e as taxas de repetência nos níveis fundamental e médio.

A respeito desses desafios, o relatório alega: a qualidade da educação ainda é um problema na região, pois mais da metade dos jovens latino-americanos matriculados na escola não adquirem proficiência de nível básico em leitura, matemática e ciências, de acordo com os resultados do PISA (*Programme for International Student Assessment*). Menos de 1% dos estudantes da região têm desempenho entre os mais altos níveis de proficiência em matemática, leitura ou ciências; isso constitui um obstáculo para maior desenvolver competências mais específicas e, ao mesmo tempo, a pequena parcela dos melhores desempenhos pode dificultar o incentivo inovação e empreendedorismo, prejudicando o desenvolvimento de capital humano.

Há uma clara integração entre o eixo da produção e o eixo apresentado nesta seção, como se um dependesse do outro para existir, assim como no eixo da produtividade o documento que representa esse eixo é bem-sucedido em mostrar as

problemáticas vividas em nossa região. Entretanto, cai no mesmo erro do eixo da produtividade em apresentar soluções que não aparentam ser profundas ou estruturais. Esse fato será mais aprofundado no capítulo 4 deste trabalho.

3.2.4 - Eixo do Meio Ambiente

O relatório “*Perspectivas económicas de América Latina 2022: HACIA UNA TRANSICIÓN VERDE Y JUSTA*” explora avançar em políticas sistematicamente efetivas na transição energética, promovendo uma nova matriz energética e produtiva e a criação de empregos formais de qualidade. Além disso, sublinha a necessidade de realizar uma transição verde e justa que permita avançar para um novo contrato social sustentável, reduzindo as disparidades sociais. Por último, a publicação inclui recomendações sobre como a agenda verde internacional que poderia beneficiar a região pelas novas alianças e ferramentas inovadoras para financiar a transição.

A publicação entende que os países da região da América Latina e Caribe enfrentam um desafio ambicioso de agenda para garantir que a transição verde seja uma oportunidade para melhorar o desenvolvimento da região. O artigo declara que as consequências da pandemia de COVID-19 e da guerra movida pela Rússia contra a Ucrânia serviram como um lembrete da fraca capacidade de resposta da região às crises. Essa vulnerabilidade, para a OCDE, é o resultado de problemas estruturais da região: sistemas de proteção social fracos, baixa produtividade, instituições frágeis e um modelo de desenvolvimento que não é ambientalmente sustentável.

Uma transição para uma estratégia verde e justa, implementada com uma visão sistêmica, poderia ajudar a região a superar suas “armadilhas” de desenvolvimento e fortalecer a sua resiliência, melhorando por sua vez o bem-estar dos latino-americanos. O território latino-americano está altamente exposto aos efeitos das mudanças climáticas; baseado nisso, o relatório recomenda que os governos deveriam ver na recuperação como uma oportunidade estratégica para empreender uma transformação ampla e profunda.

Nesse caminho, o documento comunica que uma transição verde e justa pode tornar a região mais resistente aos efeitos das alterações climáticas e promover um melhor bem-estar para os seus habitantes. A região é um dos locais mais vulneráveis às alterações climáticas; 13 dos 50 países identificados como os mais afetados pela emergência climática estão na região, segundo a OCDE; logo, a necessidade é

urgente de uma transição verde e justa. Caso aplicadas sistematicamente, políticas ativas de mitigação e adaptação podem reduzir as consequências desproporcionais das alterações climáticas nas desigualdades entre países, grupos socioeconômicos, territórios, gerações e gêneros. Em outras palavras, uma transição verde e justa deve ir além da luta contra a mudança clima e priorizar o bem-estar dos cidadãos.

Sobre o assunto da transição energética, o documento analisa que a região possui grande potencial para recursos energéticos renováveis. As energias renováveis, segundo a OCDE, representam 33% do fornecimento total de energia da região, em comparação com apenas 13% a nível mundial, ou seja, o investimento em tecnologias renováveis pode reduzir significativamente emissões de gases do efeito estufa. Alcança-se, assim, um fornecimento de energia de menor custo e, no caso de alguns países da América Latina, menor dependência de produtos importados derivados de combustíveis fósseis.

O sucesso da transição para emissões líquidas zero estará sujeito à descarbonização sistêmica através da electrificação de diferentes setores da economia. Juntamente a isso, os investimentos em hidrogénio verde e outros combustíveis alternativos de baixo carbono, como biocombustíveis sustentáveis, poderão desempenhar um papel fundamental na descarbonização de tais setores.

O acesso à eletricidade tem um papel fundamental nessa discussão: um total de 17 milhões de pessoas ainda não têm o alcance à eletricidade, especialmente nas zonas rurais, de acordo com números da OCDE. Garantir o acesso universal à eletricidade é um aspecto fundamental de uma transição verde e justa, uma vez que pode ajudar a corrigir desigualdades na obtenção a serviços públicos básicos e estimular o crescimento econômico local.

Ao longo do relatório, a organização implica que a agenda ambiental poderá ter efeitos mais profundos em um contexto internacional; portanto, a participação de outros países é imprescindível. O processo de transição verde e a concretização dos objetivos de desenvolvimento com baixo emissões decarbono acarretam uma série de desafios que não podem ser resolvidos no exclusivamente a nível nacional.

Para garantir uma implementação bem-sucedida da política de mitigação e adaptação às alterações climáticas, há exigência da cooperação regional e internacional, bem como uma agenda verde mais ampla. A riqueza de recursos naturais e o fato de abrigar 50% da biodiversidade mundial, de acordo com a OCDE,

significa que muitos países da América Latina podem ser os principais atores nas negociações internacionais sobre o clima.

Ao adotar um modelo de desenvolvimento sustentável, a organização declara que os governos da dessa zona poderão se beneficiar ao alcançar um forte poder de convocação e forjar uma voz única nas agendas ambientais multilaterais. Tal movimentação poderá contribuir para uma maior visibilidade às particularidades desse território e oferecer inserção internacional aos países da região, permitindo maior protagonismo.

Ao debater sobre energias renováveis, o documento discute que uma matriz energética mais sustentável e diversificada ajudará a região a reduzir as emissões para aproveitar o potencial dos seus vastos recursos energéticos renováveis e para promover o acesso universal à energia.

Além disso, graças à sua abundante energia renovável e matrizes elétricas de baixo custo relativamente limpas, tais energias poderiam se tornar importantes centros de abastecimento para hidrogênio verde à escala industrial. Isso contribuiria para a descarbonização de setores estratégicos da economia.

Ademais, a região também ocupa uma posição estratégica para fornecer minerais de extrema importância na transição energética. Em 2017, segundo o documento, a América Latina abrigava 61% das reservas mundiais de lítio, 39% das suas reservas de cobre e 32% de níquel e prata. Portanto, os materiais necessários para alcançar o acesso universal à eletricidade já estão presentes na região. O acesso à energia elétrica universal é crucial dentro da América Latina, visto que existem 17 milhões de pessoas que não têm acesso à eletricidade, particularmente nas áreas rurais, entre as famílias mais pobres e as populações indígenas e afrodescendentes.

4. O PROGRAMA REGIONAL DA OCDE SOB A ÓTICA DO SISTEMA*MUNDO

Ao analisarmos conjuntamente a OCDE e o seu programa regional, é preciso observarmos a composição das ideias que formam a diretriz principal da organização assim como o papel que ela desempenha no sistema-mundo. Nesse sentido, estudar o histórico da organização e as suas relações com outros países nos dão elementos para compor uma avaliação mais precisa.

A relação entre o neoliberalismo e a OCDE é intrínseca, pois a organização tem desempenhado um papel significativo na promoção de políticas econômicas alinhadas aos princípios do neoliberalismo. A OCDE, ao longo de sua existência, emitiu uma série de recomendações e diretrizes em diversas áreas, como mostrado pelos autores Castro (2018) e Jimenez (2020) no início deste trabalho. Muitas dessas recomendações refletem os princípios do neoliberalismo, incentivando a redução de barreiras comerciais, a privatização de empresas estatais, a flexibilização do mercado de trabalho e a estabilidade macroeconômica.

Para dar prosseguimento ao capítulo analítico, é crucial lembrar o período em que o neoliberalismo mais se aproximou da América Latina. Isso, mais tarde, nos dará elementos importantes para avaliar o programa regional da OCDE.

4.1 Contexto da América Latina e o Neoliberalismo

O neoliberalismo, como uma abordagem econômica, preconiza a redução da intervenção do Estado na economia, promovendo a liberalização dos mercados, a privatização de empresas estatais e a abertura econômica. Durante a crise da dívida externa, vários países da América Latina, pressionados por condições econômicas adversas e exigências dos credores internacionais, adotaram políticas neoliberais como parte de suas estratégias de ajuste estrutural.

Com a Guerra fria terminada, novas tendências surgiriam. A respeito disso, Pecequillo (2012) identifica que a partir do modo como a vitória americana foi concretizada ao final da Guerra fria, sem necessidade de um conflito, e de maneira natural e consensual, os preceitos de uma sociedade liberal se espalharam por todo o sistema internacional. A autora parte desse pressuposto a partir da obra de Fukuyama (1989): afirmou que o modo como a tal período terminou era uma

singularidade dentro da política mundial e que estaríamos presenciando o fim da história, também um ponto de partida para um novo momento dentro da política mundial.

De acordo com Pecequilo (2012), os novos valores e ideais dessa nova tônica da política mundial seriam derivados da ordem liberal, que se traduziam em sociedades livres e abertas, democracias com eleições justas. No campo econômico, os valores pautavam-se na lógica de mercado como princípio norteador, baixa intervenção estatal, comércio livre e abertura econômica - características presentes nos fundamentos do neoliberalismo econômico.

Comentando a agenda que iria surgir, Pecequilo (2012) observa o momento vivido no contexto da época, os Estados de bem-estar social estavam em momento de recuperação pós-guerra, em que a diminuição de déficits fiscais e diminuição de gastos faziam sentido momentaneamente para reerguer esses Estados e posteriormente levá-los à normalidade. Portanto, medidas como flexibilizações trabalhistas, privatizações e diminuição de gastos com assistência social se tornaram frequentes.

Uma das características marcantes desse período foi a implementação de programas de estabilização econômica, muitas vezes sob a supervisão do Fundo Monetário Internacional (FMI). Esses programas frequentemente incluíam medidas de austeridade fiscal, redução de gastos públicos, desregulamentação e flexibilização do mercado de trabalho. O objetivo era restaurar a estabilidade macroeconômica e criar condições favoráveis para o pagamento da dívida externa.

Abordando o âmbito das relações econômicas internacionais em um recorte do início da ascensão do neoliberalismo, Visentini (2012) declara que um dos fatores determinantes que permitiu a entrada das indústrias para a periferia foi o baixo salarial pago aos trabalhadores da região, pouca articulação de legislação social que regulasse as relações de trabalho. Ademais, alguns países ofereciam facilidades fiscais para a instalação de indústrias via baixos impostos, além da legislação ambiental pouco rigorosa.

Levando em consideração as informações citadas, Visentini (2012) chega à conclusão que a globalização da produção se aprofundava cada vez mais, visto que as indústrias instaladas na periferia, voltadas para a exportação ou elaborando apenas parte de um bem, possuem uma logística mais barata. Isso acontece ao passo que as novas tecnologias do transporte, como os contêineres, as linhas aéreas de carga, as telecomunicações e a informatização permitiram a exportação eficaz e a distribuição das etapas de produção ao redor de todo o planeta.

O avanço de empresas transnacionais rumo à América Latina durante esse período, como apontado por Visentini (2012), serviu como uma plataforma de exportação, não planejando uma estratégia de desenvolvimento bem-sucedida como os tigres asiáticos, que também foram alvos do avanço das empresas transnacionais. Tal dinâmica percebida pelos teóricos da dependência se manteve, porém com outra roupagem no início da globalização produtiva mencionada por Visentini (2012), dando lugar à sofisticação e à introdução de novas tecnologias que permitiam maior eficácia; havia, ainda maiores lucros e, conseqüentemente, para os países periféricos restavam migalhas.

Em consonância com Pecequillo (2012), Visentini (2012) detalha a ascensão do neoliberalismo a partir do desenvolvimento das novas sociedades industriais, que se pautavam em pesquisa em tecnologia avançada para gerar alta lucratividade. O primeiro impacto dessa tendência é o crescimento do desemprego, devido terceirização do trabalho e o desenvolvimento de novas tecnologias avançadas que não acompanharam o mesmo ritmo para absorver os operários demitidos com otimização dos processos de produção.

A resposta dada pelos neoliberais, segundo Visentini (2012), foi a debilitação dos sindicatos, nos países menos industrializados o panorama do desemprego era pior e, por influência da época de Margaret Thatcher, as políticas e os discursos neoliberais se voltavam contra o keynesianismo, o Estado era aconselhado a não se mobilizar, seguindo os preceitos do neoliberalismo econômico. Para os neoliberais, os motivos do desemprego e instabilidade momentânea se devia ao alto gasto com salários e gastos sociais estatais. Logo, a estratégia lógica era na ação de diminuição do Estado.

Como fruto de tais políticas, Visentini (2012) traça o panorama que foi obtido através do engajamento das políticas neoliberais:

O neoliberalismo inegavelmente atingiu alguns de seus objetivos: meio: os impostos caíram, a inflação foi drasticamente reduzida, as regulamentações financeiras e comerciais também, o sindicalismo sofreu um acentuado retrocesso, o desemprego tornou-se estrutural, grande parte das empresas públicas foi privatizada e os gastos sociais sofreram acentuada redução. O programa de ajuste neoliberal foi implementado em profundidade nos países anglo-saxões e em algumas nações do Terceiro Mundo (Visentini, 2012. p.253).

Sendo importante salientar que nem todos os objetivos das políticas neoliberais foram alcançados, o crescimento elevado e diminuição de déficits fiscais de alguns governos não ocorreram. Com isso, a eliminação de regulações financeiras e comerciais fortaleceram um sistema especulativo, além da formação de monopólios e carteis em determinados setores da economia.

A partir desse panorama, Pecequillo (2012) comenta que o consenso de Washington é o produto dos debates entre o governo dos Estados Unidos e de instituições financeiras internacionais como o FMI e Banco Mundial, visando a implementação de reformas estruturais em países em desenvolvimento, especialmente na América Latina. Tais medidas discutidas e levadas adiante pelas instituições foram: disciplina fiscal, direito de propriedade, privatização, desregulamentação, abertura comercial, atração de investimentos estrangeiros direto e taxas de juros favoráveis a estrangeiros.

Sendo boa parte dessas recomendações voltadas a países africanos e asiáticos recém independentes, países latino-americanos e países do leste europeu que sofriam forte influência soviética, para Pecequillo (2012), essas medidas foram implementadas de forma geral e sem distinção, em países com diferentes desafios e panoramas diferenciados uns dos outros. Isso acarretou crises socioeconômicas e em dificuldades de percursos ao colocar em prática as ideias do consenso.

A crise da dívida externa na América Latina, que eclodiu na década de 1980, coincidiu e, em grande medida, moldou o advento do Consenso de Washington. Durante essa época, os países latino-americanos, sob pressão dos credores internacionais e das instituições financeiras como o Fundo Monetário Internacional (FMI), viram-se compelidos a implementar as medidas preconizadas pelo Consenso de Washington como parte dos programas de ajuste estrutural.

Para se ter uma noção da situação econômica da região, Pereira (1994)

escreve que grande parte dos países da América Latina possuíam números inflacionários altíssimos de acordo com a tabela abaixo:

Tabela 1 - PIB per capita e inflação nos anos 80.

	PIB per capita		Inflação	
	1985/89	1989	1985/89	1989
Argentina	-2,2	-6,1	468,7	4.928,60
Brasil	2,4	1,5	489,4	2.337,60
Bolívia	-1,9	-0,4	192,8	16,6
Chile	4	7,6	19,8	21,4
Colômbia	2,6	1,4	24,5	26,1
México	0,7	-1,4	73,8	19,7
Peru	-2,8	-13,1	443,2	2.775,30
Venezuela	-1,2	-10,4	32,5	81

Fonte: CEPAL.

É perceptível a alta inflação no final dos anos 80 sobretudo no Brasil, Argentina e Peru, outros países da tabela conseguiram manter em controle a inflação, apesar de números ainda altos.

Como consequência das recomendações da Consenso de Washington, Pereira (1994) descreve que a tentativa de alcançar a eliminação do déficit público através da redução das despesas e cortes de investimento fez com que as poupanças do Estado fossem reduzidas. Resultou-se, então, a perda do Estado na sua capacidade de investir e de promover políticas de longo prazo de forma a estimular os desenvolvimentos industrial, agrícola e tecnológico.

A expectativa dos entusiastas do Consenso de Washington, segundo Pereira (1994), era de que os investimentos privados substituíssem os públicos, o que não se concretizou, pois a mudança nesse panorama ocorreu de forma abrupta, indo de contrapartida com países ricos na época. Exemplos desses países são Japão e Alemanha, onde o Estado tinha um papel central na promoção do desenvolvimento.

Após esse período, surgiu o fenômeno denominado de “Onda Rosa”, que segundo Calzavara (2021), foi uma resposta às desigualdades sociais acentuadas à insatisfação com as políticas neoliberais associadas ao Consenso de Washington e à busca por alternativas que priorizassem a inclusão social e econômica. Complementando a informação de Calzavara (2021), Da Silva (2018) descreve que tais governos também podem ser considerados como pós-neoliberais ou

neodesenvolvimentistas.

No início dos anos 2000, Calzavara (2021) explica que vários líderes políticos de orientação mais à esquerda foram eleitos em diferentes países latino-americanos. Alguns desses líderes foram: Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil, Hugo Chávez na Venezuela e Evo Morales na Bolívia.

Complementando a informação de Calzavara (2021), Oliveira (2020) informa que se identificou o fenômeno da Onda Rosa em oito diferentes países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, El Salvador, Equador, Uruguai e Venezuela. Nesses países, foi eleita ao menos em duas eleições consecutivas a candidatura cujo programa de governo apresentava menor presença das ideias do Consenso de Washington.

Dentre as características mais essenciais desses governos, Calzavara (2021) menciona a nacionalização de setores-chave da economia, especialmente os relacionados a recursos naturais, como petróleo, mineração e gás, tendo os maiores exemplos os casos da Bolívia e Venezuela. Estes visavam aumentar a participação do Estado na gestão desses recursos e direcionar os benefícios para o desenvolvimento nacional.

É de suma importância apontar que durante a Onda Rosa ocorreram diversas formas de governos progressistas. Calzavara (2021) explica que existiram experiências mais radicais e outras mais moderadas, mesmo que ainda pertencentes do mesmo movimento, nesse sentido, os projetos de governos progressistas tiveram suas particularidades cada um em cada região.

O que vai pautar essas particularidades dos governos progressistas é o grau de diferença de modelo de reformas políticas e socioeconômicas apresentado em relação ao anterior. A respeito desse ponto, Calzavara (2021) complementa: as diferenças entre as experiências de esquerda residem, por exemplo, no fato de algumas delas terem sido caracterizadas como mais radicais ou experiências moderadas/reformistas.

Em adição ao pensamento de Calzavara (2021), Da Silva (2018) explica que a diferenciação das particularidades dos governos de cada país deve-se ao cenário encontrado por seus governantes. Sendo assim, em países com experiências mais moderadas o sistema político se conservou diante das consequências do neoliberalismo e os candidatos eleitos tiveram que buscar por alianças com a classe política.

As experiências mais reformistas não buscaram uma ruptura brusca como modelo vigente anterior, fazendo cálculos de rota e priorizando camadas mais vulneráveis da população. As experiências mais radicais, por outro lado, tiveram a preferência de adotar um contraponto mais claro ao neoliberalismo.

A respeito das ações promovidas pelos governos progressistas, Calzavara (2021) detalha que a política de distribuição teve papel central. Os governos pertencentes a essa onda tinham a intenção de implementar mudanças sociais e econômicas, principalmente para as camadas mais pobres, que constituíam a maioria na sociedade. Como consequência, a população mais vulnerável obtinha mais renda para adquirir bens de consumo.

Apesar da contenção do projeto neoliberal na região, Calzavara (2021) faz uma ressalva e afirma: a estratégia, voltada para o incentivo ao consumo das classes mais baixas, permitiu às pessoas que saíram da pobreza ou extrema pobreza contribuírem para a economia, gerando mais riqueza. Entretanto, tal estratégia contribuiu também para que os governos progressistas possam ser analisados como projetos conciliatórios e não revolucionários, visto que a estratégia adotada favorecia também a classe dominante.

Complementando tal discussão, Silva (2021) escreve que nenhum desses governos caminhou ou caminha na direção de superar o sistema capitalista. Essas experiências, em parte, adotaram políticas que poderiam ser classificadas como social-liberais devido à manutenção de políticas econômicas anteriores pró-mercado e concepções liberais, associadas a crescentes investimentos sociais.

As declarações de Silva (2018) nos fazem compreender o fato de que o neoliberalismo nunca foi propriamente extinguido da região. Para Oliveira (2020), as ideias do Consenso de Washington perderam força na política da região, mas resquícios dessas ideias permaneceram presentes em governos eleitos através de, por exemplo, a regra da estabilidade de preços, como fundamento da política econômica e a disciplina fiscal ortodoxa.

As políticas do Consenso de Washington, ao promoverem a abertura dos mercados e a liberalização econômica, muitas vezes beneficiaram os países centrais em detrimento dos países periféricos, fato que contribuiu para o aumento das disparidades econômicas e sociais na região. O movimento em direção à esquerda foi, em parte, uma resposta à percepção de que as políticas neoliberais estavam perpetuando as desigualdades e mantendo os países latino-americanos em posições

periféricas no sistema mundo.

4.2 O Programa Regional e suas bases

A OCDE tem laços fortíssimos com o neoliberalismo, evidenciados pela sua história de criação. Naturalmente, manter tais ideias segue a lógica da organização, entretanto é importante salientar que as convicções liberais que outrora fundaram a organização se modificaram com tempo; tais ideias precisaram se adaptar ao cenário político latino-americano para tentar ser mais bem sucedido em sua aplicação. Todavia, em nenhum momento as iluminações neoliberais se distanciaram o suficiente do ideal ortodoxo, a ponto de princípios contrários obterem mais popularidade dentro da organização.

Ao analisarmos os eixos propostos pelo programa regional da OCDE, notamos que a organização é muito bem-sucedida em identificar problemas e desafios na América Latina, como a questão da baixa produtividade, empregos informais, baixa proteção social aos indígenas e etc. No entanto, a organização esbarra no tradicionalismo liberal em propor soluções às questões informadas por ela através do programa regional.

Uma problemática evidente dentro da organização e que não escapa da formulação do programa regional está nas sugestões de práticas socioeconômicas e políticas as quais têm como critério aquilo que foi bem-sucedido em países de alta renda. Revelou-se, assim, uma problemática de tentar importar aquilo que teve sucesso em países centrais, e tentar replicar nos países da periferia do capitalismo, onde uma série de nuances e práticas são diferentes e muitas vezes vão em caminhos opostos; afinal, a exploração da periferia acontece pela dominação dos países centrais do capitalismo.

A respeito da informalidade citada pelo relatório e identificado como problema na região, entendemos que muitos países latino-americanos dependem fortemente da exportação de commodities, o que torna suas economias vulneráveis às flutuações nos preços globais dessas matérias-primas; isso pode resultar em ciclos de instabilidade econômica, levando à criação de empregos informais como uma resposta à falta de oportunidades formais. Historicamente, muitos países latino-americanos forneceram matérias-primas e mão de obra barata para os países centrais, que, por sua vez, ditaram as regras do comércio global e influenciaram as

políticas econômicas regionais.

Além disso, as políticas neoliberais promovidas por instituições financeiras internacionais nas décadas de 1980 e 1990, alinhadas ao Consenso de Washington, muitas vezes, levaram à privatização e à flexibilização do mercado de trabalho. Isso contribuiu para a informalização de empregos, já que muitos trabalhadores foram empurrados para setores não regulamentados. Ademais, a teoria do sistema-mundo destaca a desigualdade estrutural entre países centrais e periféricos, sendo que essa desigualdade pode se refletir na concentração de recursos e oportunidades em setores formais. Com isso, a maioria da população da periferia do capitalismo ficou em setores informais com menos benefícios e proteções trabalhistas.

Em outras palavras, a dominação econômica dos países centrais são parte do problema da quantidade de empregos informais na região. Esse é um fato que se torna ainda mais problemático quando os fundadores e boa parte dos países centrais do sistema-mundo são membros da OCDE e possuem influência na construção do programa regional.

Outro ponto no relatório diz respeito sobre as barreiras ao empreendedorismo, regulações mais propícias à competição e à redução de burocracia e a avaliação do controle estatal das operações comerciais para tentar medir as distorções induzidas pelo Estado na neutralidade competitiva. Criou-se, a partir daí, barreiras de concorrência, incluindo uma crítica às empresas estatais no relatório, alegando que é preciso que as empresas públicas operem numa base comercial que preserve as condições de concorrência equitativas.

Ainda nesse ponto, é levantada também a discussão envolvendo a abertura dos mercados nacionais aos produtos estrangeiros. Declara-se, ainda, que essa abertura é essencial para a difusão dos ganhos de produtividade das empresas que operam de maneira mais avançada para empresas nacionais atrasadas.

As regulações comerciais podem ser usadas nos países da periferia do capitalismo para proteger setores-chave da economia, estimular o crescimento de indústrias de alta tecnologia e pesquisa, podendo permitir que os países latino-americanos participem mais ativamente na produção de bens de maior valor agregado. Será promovida, desta forma, a industrialização, evitando a exploração excessiva de recursos naturais promovida pelos países centrais, o que ajuda a reduzir a dependência de atividades econômicas desfavoráveis e a mitigar desigualdades.

Outrossim, as regulações comerciais podem ser aplicadas para proteger o mercado interno de práticas desleais e da competição predatória de produtos estrangeiros advindos dos países centrais. Ajudando a preservar empregos locais, estimulando a produção nacional e fortalecendo a base industrial. As regulações comerciais podem ser empregadas também para incentivar práticas comerciais sustentáveis e a proteção do meio ambiente ao impor padrões ambientais e promover o uso responsável dos recursos naturais, evitando a exploração em massa promovida por países centrais, Isso fará com que os países latino-americanos possam contribuir para a sustentabilidade na região.

A respeito da abertura de mercado mencionado pelo relatório, a abertura de mercado sem regulamentação adequada pode aprofundar a desigualdade presente no sistema-mundo, permitindo que países centrais explorem os recursos e o trabalho barato dos países periféricos, sem contribuir de maneira justa para o desenvolvimento destes. Tal abertura, muitas vezes, resulta em uma dependência contínua de commodities e produtos primários, sujeitos às flutuações nos preços globais, o que torna as economias latino-americanas vulneráveis a choques externos e contribui para a instabilidade econômica. Isso reflete na persistência da relação de dominação dos países centrais sob periféricos no sistema-mundo.

No relatório há também a sugestão de integrar de forma mais intensa a região da América Latina nas cadeias de valor global. As CVG, embora ofereçam oportunidades para a participação em redes de produção global, apresentam desafios significativos para os países latino-americanos, considerando a posição periférica da região no contexto do sistema-econômico mundial.

A região, na maioria dos casos, desempenha papéis de baixo valor agregado nas cadeias, como a produção de commodities e componentes de produtos finais, limitando a capacidade da região de capturar maior valor econômico ao longo da cadeia e contribui para uma dependência contínua de atividades econômicas menos lucrativas, contribuindo para uma divisão internacional do trabalho que perpetua relações desiguais entre países centrais e periféricos. Além disso, torna-se mais suscetível a choques externos, como flutuações nos preços de commodities ou interrupções nas cadeias de suprimentos globais.

A presença de multinacionais nas CVG pode criar relações de dependência, em que as empresas estrangeiras muitas vezes ditam as condições e os termos de participação na cadeia. Isso pode resultar em uma distribuição desigual de benefícios,

com as multinacionais capturando uma parcela significativa do valor gerado. Enquanto as CVG possam oferecer oportunidades, a região também enfrenta desafios significativos que requerem uma abordagem estratégica para equilibrar os benefícios e riscos associados à integração nessas cadeias.

No eixo social, a organização alega que uma estratégia abrangente de crescimento inclusivo para criar espaço extra dentro do orçamento dos governos é necessário para tornar esses gastos crescentes em seguridade social, acessíveis a longo prazo. Para a organização, há uma clara relação entre os eixos da produtividade e o eixo social, no sentido de que com o aumento da produtividade através de, por exemplo, uma política tributária favorável ao ambiente de negócios e os benefícios advindos dela fará com que o aumento de capital seja o suficiente para ampliar a seguridade social e atender a demandas das camadas mais vulneráveis da população.

Ao considerarmos uma abordagem eficaz a respeito do combate à pobreza no contexto do eixo social do programa regional, é fundamental buscar estratégias que promovam a equidade, a diversificação econômica e o fortalecimento da autonomia dos países latino-americanos. Isso implica não apenas enfrentar os sintomas da pobreza, mas abordar suas raízes estruturais relacionadas à dinâmica de dominação no sistema-mundo.

No eixo social, o ponto da interferência externa e ação dos países centrais sobre os países da periferia não é nem sequer tangenciado, escondendo uma dinâmica que prejudica diretamente a estabilidade social das populações latino-americanas. Estratégias de combate à pobreza devem envolver negociações estratégicas em âmbito internacional, buscando condições comerciais mais justas, em que a busca pela soberania econômica permite que os países latino-americanos tenham maior controle sobre suas políticas e estratégias de desenvolvimento, reduzindo a vulnerabilidade a imposições externas advindas dos países centrais.

A respeito da reforma tributária mencionada anteriormente no eixo social. A teoria do sistema-mundo sugere que as relações econômicas entre países centrais, semiperiféricos e periféricos influenciam as políticas tributárias, impactando diretamente a capacidade dos Estados latino-americanos de financiar serviços públicos e enfrentar desafios sociais. As disparidades entre países centrais e periféricos no sistema-mundo podem se manifestar nas políticas tributárias, cujos países latino-americanos muitas vezes enfrentam pressões para adotar estruturas

fiscais que favorecem interesses externos em detrimento do desenvolvimento interno.

A inserção dos países latino-americanos em cadeias globais de valor em muitos casos sujeita suas políticas tributárias a pressões externas. Acordos comerciais e políticas sugeridas por organizações internacionais podem limitar a capacidade dos países de implementar medidas tributárias alinhadas com suas necessidades locais. A atuação de empresas multinacionais na região pode criar desafios significativos na tributação; o uso de paraísos fiscais localizados em países da periferia do capitalismo pode resultar na diminuição da base tributária dos países latino-americanos, destacando a necessidade de abordar um debate acerca da utilização desses artifícios a fim de ludibriar a tributação.

No eixo do meio ambiente, a organização deixa explícita a sugestão de promover a transição energética na região da América Latina, pois poderia ajudar a região a superar suas “armadilhas” de desenvolvimento e fortalecer a sua resiliência. Assim, irá melhorar, por sua vez, o bem-estar dos latino-americanos.

A transição energética na América Latina, à luz da teoria do sistema-mundo de Immanuel Wallerstein, apresenta desafios complexos, considerando a posição histórica e estrutural dos países latino-americanos no contexto global. A região enfrenta pressões para modificar seus sistemas de energia, mas essas mudanças são moldadas por dinâmicas globais que influenciam o acesso a recursos, tecnologias e as opções disponíveis para a transição.

Muitos países latino-americanos enfrentam desafios para acessar recursos energéticos cruciais para a transição, como tecnologias renováveis e investimentos em infraestrutura, devido à sua posição periférica na economia global. A economia de diversos países latino-americanos é historicamente dependente de setores energéticos tradicionais, como petróleo, gás e mineração. A transição energética requer uma redução significativa dessa dependência, o que pode ser desafiador.

É importante assegurar que a exploração de recursos energéticos, como petróleo e gás, frequentemente envolve a presença de empresas multinacionais, que podem ter influência significativa nas políticas energéticas dos países latino-americanos, dificultando a autonomia na decisão de adotar fontes de energia mais sustentáveis. A transição energética requer a adoção de tecnologias renováveis e eficientes, a capacidade de países latino-americanos adquirirem e implementarem essas tecnologias é afetada pela distribuição global do conhecimento e dos recursos

tecnológicos, que são em muitas ocasiões controlados por países centrais.

Para além disso, a transição energética requer investimentos substanciais em infraestrutura e tecnologia; logo, a pressão econômica global e a disponibilidade de financiamento internacional podem influenciar a capacidade dos países latino-americanos de realizar essa transição de maneira eficaz. Em resumo, a transição energética na América Latina representa um desafio para os países da região, pois suas opções e capacidades são moldadas por dinâmicas globais que muitas vezes perpetuam desigualdades estruturais.

Portanto, a busca por uma transição bem-sucedida requer não apenas esforços nacionais ou regionais, mas também uma abordagem global mais equitativa que reconheça as diferenças de poder e recursos entre os diversos atores na arena energética internacional. Durante o relatório do eixo do meio ambiente, essa questão é colocada como se os países da região dependessem apenas deles para colocar em prática a transição, não questionando quais ações e medidas dos países centrais possam dificultar esse processo.

CONCLUSÃO

Baseado nas informações anteriores, entendemos que a OCDE se trata de uma organização cujos protagonistas desta são os países centrais do capitalismo. No desenvolvimento do programa regional, apesar dos países latino-americanos participarem da formulação do projeto, a maioria deles não é membro da organização ou sequer é considerado um membro influente ou importante.

Nesse sentido, aderir ao programa regional, formulado principalmente por países que se beneficiam das mazelas da nossa região, e que no programa regional sugerem aderir a medidas neoliberais que anteriormente resultaram em aprofundamento da vulnerabilidade regional, significa dar total autonomia aos países centrais a nos explorarem.

A entrada na OCDE, por parte de alguns países latino-americanos, é em muitos casos vista como uma busca por integração econômica global e validação de políticas alinhadas ao neoliberalismo. Essa abordagem, enraizada em princípios de mercado livre, privatização e abertura econômica, tem sido promovida por instituições financeiras internacionais e reflete a influência de países centrais no sistema-mundo, e conseqüentemente nos rumos político-econômico dos países da periferia do capitalismo.

Além disso, a participação na OCDE é vista por alguns países latino-americanos como um passo em direção à aceitação no cenário global e à atração de investimentos estrangeiros. No entanto, essa busca por integração com essa organização internacional também pode refletir a hierarquia global, em que os países centrais ditam as regras do jogo econômico e impõem suas ideias sobre desenvolvimento e governança, como ocorre no programa regional mostrado no capítulo anterior.

A implementação de políticas neoliberais, promovida tanto por organizações internacionais quanto por líderes políticos locais, muitas vezes resultou em momentos de instabilidade e incerteza. A Onda Rosa é, então, o resultado desses fatores na América Latina.

Dessa forma, a forte adesão ao programa regional da OCDE pode significar uma subordinação aos países do centro do capitalismo. Nisto, a partir da criação desse programa regional, há muito mais a ganhar do que os países da periferia.

A América Latina (como região integrada) precisa saber escolher seus aliados. Parte desse processo significa identificar quem se aproveita, diretamente e indiretamente, de sua situação pouco desenvolvida se uma América Latina fragmentada e pouco desenvolvida enriquece e sustenta os países do centro do capitalismo. Esses mesmos países não podem ser nossos aliados diretos, pois mais países atingindo o desenvolvimento econômico e tecnológico significa mais concorrência e menos acumulação de capital para os países do centro do capitalismo. Os mais interessados em nosso próprio desenvolvimento precisam ser os países da região, e aqueles que se opuserem ou dificultarem esse processo não podem ser considerados aliados.

Uma das maneiras de tentar fugir ou amenizar os efeitos da dominação dos países centrais é a diversificação da base econômica, visto que muitos países periféricos dependem fortemente da exportação de commodities, sujeitas a flutuações nos mercados globais. Ao desenvolver setores de maior valor agregado, como tecnologia, inovação e manufatura, esses países podem reduzir sua vulnerabilidade econômica e diminuir a dependência de atividades suscetíveis a pressões externas.

A integração regional tem papel fundamental nesse processo, pois a cooperação regional pode fortalecer a posição dos países periféricos. Ao unir forças, os países podem desenvolver estratégias conjuntas para negociações comerciais, compartilhar recursos e promover o desenvolvimento regional que poderá nos fortalecer em conjunto, e não de maneira segmentada.

Ao agirem como uma frente unificada, os países latino-americanos podem ter mais poder de barganha em negociações comerciais internacionais. Assim, a integração regional facilita a criação de blocos econômicos mais robustos, possibilitando acordos mais equitativos que considerem as necessidades específicas da região e reduzam a assimetria nas relações comerciais.

A colaboração regional facilita investimentos em infraestrutura compartilhada, como redes de transporte e energia. Isso não apenas promove a conectividade entre os países, mas também impulsiona o desenvolvimento econômico ao facilitar o comércio e a movimentação de recursos. Para além disso, a diversificação das parcerias comerciais dentro da região oferece uma camada adicional de resiliência a choques econômicos globais. Em tempos de crises, a integração regional pode atuar como um amortecedor, minimizando os impactos negativos e permitindo que os países se apoiem mutuamente.

Ao olhar para o cenário atual, nenhuma organização latino-americana possui os meios e instrumentos necessários para engajar em tais ações. A União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) tinha muito potencial para tal, mas o seu enfraquecimento afastou a organização a expandir suas atividades.

A UNASUL foi inicialmente concebida como um esforço para fortalecer a autonomia regional, permitindo que os países sul-americanos colaborassem em questões políticas, econômicas e sociais. Se a organização perde força, os países centrais podem encontrar mais facilidade em impor suas agendas e influenciar políticas regionais, enfraquecendo a capacidade de autodeterminação dos países periféricos.

A falta de coesão regional que pode vir a ocorrer através do enfraquecimento da UNASUL pode prejudicar a representação dos países sul-americanos em instituições internacionais. Os países ricos, em muitas ocasiões, dominam organizações internacionais e regionais como no caso da OCDE, influenciando decisões e políticas que afetam os países periféricos de maneira desproporcional, sem uma voz unificada.

Tal enfraquecimento da UNASUL pode ser interpretado como um fenômeno que amplifica as desigualdades estruturais e beneficia os países centrais, a falta de coesão regional abre oportunidades para a exploração e influência externa. Sendo assim, a UNASUL debilitada abre brecha para impedir um aprofundamento da integração regional, não só na América do Sul, mas em uma possível expansão de atividades para toda a América Latina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. São Paulo: contraponto/Unesp, 1996.

CALZAVARA, João. Onda rosa: nuances e interpretações na América Latina do século XXI. **Boletim Historiar**, Aracaju, v. 8, n. 2, p. 76:81, abr. 2021.

COSTA, Mônica da. Papel da OCDE na governança global e interesse da CNI no ingresso do Brasil como membro dessa organização. **Atas do I Curso Sobre Governança e Regulação Global**, Lisboa, v. 1, n. 1, p. 300:319, abr. 2020.

CASTRO, Felipe Galvis. La OCDE: un perfil crítico. **Razón Crítica**, [S.L.], n. 10, p. 211:235, 1 jan. 2021. Universidad de Bogota Jorge Tadeo Lozano. <http://dx.doi.org/10.21789/25007807.1568>.

Fukuyama, Francis. The End of History?. **The National Interest**, no. 16. Washington. 1989, pg. 3–18. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/24027184>. Acesso em: 16 de Janeiro de 2024.

GODINHO, Rodrigo. **A OCDE EM ROTA DE ADAPTAÇÃO AO CENÁRIO INTERNACIONAL**: perspectivas para o relacionamento do Brasil com a organização. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2018.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

How we work. Disponível em: <<http://www.oecd.org/about/how:wework/>>. Acesso em: 28 de março de 2023.

JATOBÁ, Daniel. **TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS**. São Paulo: Saraiva, 2013.

JIMÉNEZ, Wilson Sánchez; PANNESO, Fernando; DÍAZ, Reinaldo; GIRALDO OTÁLORA, Martha Isabel Cabrera. Análisis crítico de las modelaciones económicas de la OECD para América Latina. **Criterio Libre Jurídico**, [S.L.], v. 15, n. 1, p. 88:102, 20 jun. 2018. Universidad Libre. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18041/1794:7200/criteriojuridico.2018.v15n1.5374>.

OLIVEIRA, Augusto de. Neoliberalismo durável: o consenso de Washington na onda rosa latino-americana. **Opinião Pública**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 158:192, abr. 2020. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1807:01912020261158>.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. About the OECD. Disponível em: <<http://www.oecd.org/about/>>. Acesso em: 28 de março de 2023.

OECD (2019), **Boosting Productivity and Inclusive Growth in Latin America**, OECD Publishing, Paris, disponível em: <https://doi.org/10.1787/9789264269415:en>.

OECD (2018), **Integrity for Good Governance in Latin America and the Caribbean**: From Commitments to Action, OECD Publishing, Paris, disponível em: <https://doi.org/10.1787/9789264201866:en>.

OECD (2019), **Enhancing Social Inclusion in Latin America**: KEY ISSUES AND THE ROLE OF SOCIAL PROTECTION SYSTEMS, OECD Publishing, Paris.

PECEQUILO, Cristina. **Manual do Candidato**: política internacional. Brasília: Funag, 2012.

PEREIRA, Luiz Bresser. A CRISE DA AMÉRICA LATINA: consenso de Washington ou crise fiscal? **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 3:23, abr. 1991.

Perspectivas económicas de América Latina 2022: HACIA UNA TRANSICIÓN VERDE Y JUSTA, OECD Publishing, Paris. Disponível em: <https://web.archive.org/2022:11:07/644745:LEO:2022:Overview:SP.pdf>

PRADO, Fernando Correa. **IMPENSAR EL DESARROLLO EN AMÉRICA LATINA**: elementos para la crítica al neodesarrollismo actual a partir de la teoría marxista de la dependencia y el análisis de sistemas:mundo. 2010. 125 f. Dissertação (mestrado): Curso de Programa de Posgrado En Estudios Latinoamericanos, Universidad Nacional Autónoma de México, Cidade do México, 2010.

RIBEIRO, Rômulo. Brasil como membro pleno da OCDE: uma análise crítica. **Revista Oikos**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 97:117, jul. 2020.

RIBEIRO, Marcos Paulo de Araújo. OCDE: rumo ao mundo em desenvolvimento. **Meridiano 47**, Brasília, v. 82, n. 1, p. 32:33, maio 2007.

SARFATI, Gilberto. **Teoria das relações internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2005.

SEITENFUS, Ricardo. **Manual das Organizações Internacionais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2016.

SILVA, Fabricio da. O Fim da Onda Rosa e o Neogolpismo na América Latina. **Revista Sul*Americana de Ciência Política**, Pelotas, v. 4, n. 2, p. 165:178, 27 dez. 2018. Universidade Federal de Pelotas. <http://dx.doi.org/10.15210/rsulacp.v4i2.14207>.

VISENTINI, Paulo. **Manual do candidato**: história mundial contemporânea (1776:1991): da independência dos estados unidos ao colapso da união soviética. Brasília: Funag, 2012.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World: System I: capitalist agriculture and the origins of the european world:economy in the sixteenth century*. California: University Of California Press, 1974.

WALLERSTEIN, I. *The Modern World: System and Evolution*. *Journal of World: Systems Research*, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 512–522, 1995. DOI: 10.5195/jwsr.1995.46. Disponível em: <https://jwsr.pitt.edu/ojs/jwsr/article/view/46>. Acesso em: 21 sep. 2023.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo Histórico e Civilização Capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.